

REVISTA DA Fiecc

Publicação do Sistema
Federação das Indústrias
do Estado do Ceará
Ano VIII • N. 96 • Agosto 2015



BRASIL
BETO STUDART COBRA
MUDANÇAS EFETIVAS
À PRESIDENTE DILMA

ENERGIA EÓLICA
O QUE O CEARÁ PRECISA
PARA VOLTAR A SER A "TERRA
DA ENERGIA DOS VENTOS"

PECÉM
PAPEL DECISIVO
NO CRESCIMENTO
ECONÔMICO

ENTREVISTA SECRETÁRIO DE
INFRAESTRUTURA DO CEARÁ, ANDRÉ FACÓ

**“Precisamos
mostrar o Ceará
como diferenciado
na área de energia”**





O SENAI AJUDA A SUA EMPRESA A SE ADEQUAR À NORMA NR-12

A equipe de consultores do SENAI realiza o diagnóstico de quais medidas são necessárias para a sua indústria se adequar à Norma Regulamentadora nº12.

Evite multas, interdições ou indenizações por acidentes de trabalho. O melhor investimento é sempre a prevenção.



85 4009.6300



centralderelacionamento@sfiec.org.br



www.senai-ce.org.br



/senaiceara



/senaiceara



Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Diretoria

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

1º VICE-PRESIDENTE Alexandre Pereira Silva

VICE-PRESIDENTES Hélio Perdigão Vasconcelos,

Roberto Sérgio Oliveira Ferreira, Carlos Roberto Carvalho Fujita

DIRETOR ADMINISTRATIVO José Ricardo Montenegro Cavalcante

DIRETOR ADMINISTRATIVO ADJUNTO Marcus Venícius Rocha Silva

DIRETOR FINANCEIRO Edgar Gadelha Pereira Filho

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO Ricard Pereira Silveira

DIRETORES José Agostinho Carneiro de Alcântara, Roseane Oliveira de Medeiros, Carlos Rubens

Araújo Alencar, Marcos Antonio Ferreira Soares, Elias de Souza Carmo, Marcos Augusto Nogueira de

Albuquerque, Jaime Belicanta, José Alberto Costa Bessa Júnior, Verônica Maria Rocha Perdigão, Francisco

Eulálio Santiago Costa, Luiz Francisco Juaçaba Esteves, Francisco José Lima Matos, Geraldo Bastos Osterno

Junior, Lauro Martins de Oliveira Filho, Luiz Eugênio Lopes Pontes, Francisco Demontê Mendes Aragão.

CONSELHO FISCAL TITULARES Marcos Silva Montenegro, Germano Maia Pinto, Vanildo Lima Marcelo.

SUPLENTE Aluísio da Silva Ramalho, Adriano Monteiro Costa Lima, Marcos Veríssimo de Oliveira.

DELEGADOS DA CNI TITULARES Alexandre Pereira Silva, Fernando Cirino Gurgel.

SUPLENTE Jorge Parente Frota Júnior, Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart.

SUPERINTENDENTE GERAL DO SISTEMA FIEC Fátima Santana.

Serviço Social da Indústria – SESI / Conselho regional

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

SUPERINTENDENTE REGIONAL Cesar Augusto Ribeiro

DELEGADOS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EFETIVOS Cláudio Sidrim Targino,

Marcos Silva Montenegro, Ricardo Pereira Sales, Carlos Roberto Carvalho Fujita

SUPLENTE Abdias Veras Neto, José Agostinho Carneiro de Alcântara,

Luiz Francisco Juaçaba Esteves, Paula Andréa Cavalcante da Frota.

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO EFETIVO

Afonso Cordeiro Torquato Neto **SUPLENTE** Francisco Wellington da Silva

REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Denilson Albano Portácio **SUPLENTE** Paulo Venício Braga de Paula

REPRESENTANTE DA CATEGORIA ECONÔMICA DA PESCA NO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Francisco Oziná Lima Costa **SUPLENTE** Eduardo Camarço Filho

REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA NO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Francisco Antônio Martins dos Santos **SUPLENTE** Raimundo Lopes Júnior

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI / Conselho regional

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL Paulo André de Castro Holanda

DELEGADOS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EFETIVOS Marcus Venícius Rocha Silva,

Aluísio da Silva Ramalho, Ricard Pereira Silveira, Edgar Gadelha Pereira Filho

SUPLENTE Marcos Antônio Ferreira Soares, Paulo Alexandre de Sousa,

Francisco Lélío Mattias Pereira, Marcos Augusto Nogueira de Albuquerque.

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Virgílio Augusto Sales Araripe

SUPLENTE Samuel Brasileiro Filho

REPRESENTANTE DA CATEGORIA ECONÔMICA DA PESCA DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Elisa Maria Gradvohl Bezerra **SUPLENTE** Eduardo Camarço Filho

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO EFETIVO

Francisco José Pontes Ibiapina **SUPLENTE** Francisco Wellington da Silva

REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Carlos Alberto Lindolfo de Lima **SUPLENTE** Francisco Alexandre Rodrigues Barreto

Instituto Euvaldo Lodi – IEL

DIRETOR-PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

SUPERINTENDENTE Francisco Ricardo Beltrão Sabadia

Revista da FIEC

COORDENAÇÃO

Ana Maria Xavier | anamariaxavier@sfiec.org.br

EDIÇÃO

Luiz Henrique Campos | lhcamos@sfiec.org.br

REDAÇÃO

Ana Paula Dantas | apdantas@sfiec.org.br

Ana Paola Vasconcelos | apvasconcelos@sfiec.org.br

Camila Gadelha | cfgadelha@sfiec.org.br

Gevan Oliveira | gdoliveira@sfiec.org.br

Marcellus Rocha | mrlima@sfiec.org.br

Amélia Gomes | magomes@sfiec.org.br

FOTOGRAFIA

Giovanni Santos | gsantos@sfiec.org.br

José Rodrigues Sobrinho | jsobrinho@sfiec.org.br

PROJETO GRÁFICO

Vibri Design & Branding

DIAGRAMAÇÃO

Fernando Brito

ILUSTRAÇÕES

Romualdo Faura | info@romualdofaura.com

REVISÃO DE TEXTOS

Silvânia Bravo Bezerra

ENDEREÇO | REDAÇÃO

Av. Barão de Studart, 1980 – 4º andar

Fortaleza-CE / CEP: 60.120-024

CONTATO

(85) 3421.5434 / 3421.5435

E-mail: gecom@sfiec.org.br

Revista da FIEC é uma publicação mensal editada pela Gerência de Comunicações (Gecom) do Sistema FIEC.

TIRAGEM

5.000 exemplares

IMPRESSÃO

Tipoprogresso

GERENTE DE COMUNICAÇÕES

Ana Maria Xavier

PUBLICIDADE

(85) 3421.4203

E-mail: gecom@sfiec.org.br

CONTATO COMERCIAL

Edileuza Mendonça

(85) 3242.9241 / 98764.8859

Revista da FIEC – Ano 8, nº 96 (Agosto de 2015)

- Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2015 -

v.; 21,5 cm

Mensal

ISSN 1983-344X

1. Indústria. 2. Periódico. I. Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Gerência de Comunicações

CDU: 67 (051)

Ao leitor

O Ceará possui um potencial inegável em relação à produção de energia eólica no país. Esse potencial, porém, vem enfrentando sérios gargalos para que possa ser aproveitado. Nesta edição da Revista da FIEC, matéria assinada por Ana Pauda Dantas mostra quais os desafios que precisam ser superados para fazer o Ceará voltar ao patamar que já ocupou nesse segmento no Brasil. Ainda sobre o tema energia, o secretário de Infraestrutura do estado, André Facó, entrevistado deste mês, revela as ações que o governo pretende desenvolver nos próximos anos para alavancar o setor.

Também na entrevista do secretário André Facó, as perspectivas que se vislumbram no que diz respeito à adoção de novos modelos de gerenciamento de equipamentos públicos, tais como PPPs, concessões, entre outros. Para Facó, a ideia é que em breve o estado possa estar se desencumbindo de determinadas ações que podem ser foco da iniciativa privada, atraindo novos investimentos e gerando mais qualidade aos serviços oferecidos à população cearense.

A Revista da FIEC apresenta também uma reportagem sobre o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que, ao contrário do que muitos podem considerar, a partir da não vinda da refinaria, se apresenta como polo fundamental de desenvolvimento do Ceará.

Boa leitura!

Sumário

agosto 2015

NOTAS

08

FIEC e BNB criam cartão
empresarial

André Facó

Os desafios na área
de infraestrutura



FOTO
DE CAPA
GIOVANNI
SANTOS

16

Entre-
vista

**DISCURSO PARA
A PRESIDENTE**

30

Beto Studart cobra ações
à presidente Dilma

**ENERGIAS
RENOVÁVEIS**

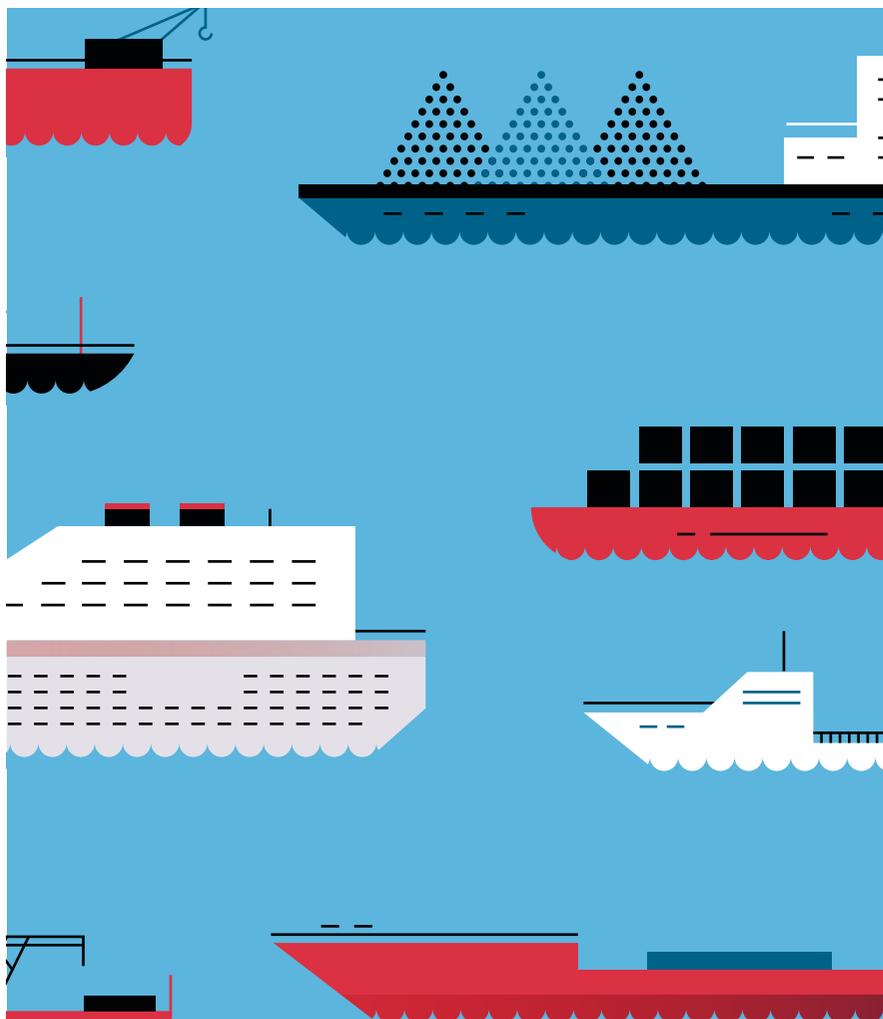
26

Ceará: a terra da energia dos ventos

34

**COMPLEXO INDUSTRIAL
E PORTUÁRIO DO PECÉM**

Papel decisivo no
crescimento do Ceará



CONSELHOS TEMÁTICOS

50

A importância do
acompanhamento legislativo

ARTIGO

53

Prêmio FIEC por
Desempenho Ambiental

MINIO

54

1.



FIEC e BNB criam cartão empresarial

Ampliar o acesso ao crédito de forma desburocratizada, em condições diferenciadas, fortalecendo o setor industrial cearense e gerando mais emprego e renda. Esse é o objetivo da parceria firmada entre o Banco do Nordeste e a FIEC ao lançarem o Cartão Empresarial BNB/FIEC. O cartão conta com bandeira Visa, limite de crédito de até R\$ 3 milhões e prazo de pagamento de até 36 meses e estará disponível para as 2.200 empresas associadas aos 39 sindicatos filiados à FIEC, sem custo de anuidade. O presidente da FIEC, Beto Studart, citou o lançamento do cartão BNB/FIEC como prova da crença do setor produtivo cearense em dias melhores. Já o presidente do

BNB, Marcos Holanda, afirmou que o banco tem procurado seguir na linha do que tratou o presidente da FIEC, no sentido de não esmorecer diante das dificuldades. Durante o evento, foram entregues os três primeiros cartões aos empresários José Antunes Mota, da Laticínios Vale do Pirangi, cuja marca é a Camb e associada ao Sindlaticínios; Daniel Jereissati, da Casa do Frango associada ao Sindpan; e Victor Simões, da Qualigraf, empresa associada ao Sindgráfica. Para mais informações, o empresário interessado no cartão pode procurar uma agência do Banco do Nordeste da sua preferência ou ligar para 0800. 728. 30 30.

2. Danilo Forte debate sobre dívidas com o Finor

O deputado federal Danilo Forte (PMDB) esteve reunido com diretores da FIEC para discutir a emenda 15, de autoria do peemedebista, à Medida Provisória 677/2015 que propõe a renegociação, total ou parcial, das dívidas das empresas inadimplentes com o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). No último levantamento realizado em 2013, o Ministério da Integração Nacional informou as dívidas chegam a R\$ 23,5 bilhões recuperáveis. Durante o encontro, Forte e os empresários ressaltaram a importância da renegociação das debêntures, além do baixo impacto que o montante das dívidas causaria para ao fundo credor e ao Tesouro. De acordo com o presidente da FIEC, Beto Studart, a renegociação das dívidas ligadas ao Finor representaria o fim do constrangimento de empresários que ficaram inadimplentes na emissão de debêntures e pode representar um alento para o setor produtivo no Nordeste.



3. FIEC e Sebrae/CE juntos no movimento “Compre do Pequeno Negócio”

Presidentes e diretores de sindicatos do setor industrial participaram na sede do Sebrae Ceará, da apresentação do movimento “Compre do Pequeno Negócio”. Lançado no dia 5 de agosto, a ideia da campanha é usar a força dos pequenos negócios – que são mais de 10 milhões de empresas no Brasil – para fortalecer a economia nesse momento de crise. O movimento quer mostrar que, ao comprar do pequeno empreendedor, as pessoas reforçam a economia local principalmente porque os pequenos negócios são mais ágeis na promoção de novos arranjos, ao contrário do que acontece, muitas vezes, com uma grande empresa. Para o diretor administrativo da FIEC, Ricardo Cavalcante, a parceria firmada com o Sebrae vem fortalecer a relação já existente entre as duas entidades. Ele ressaltou que o presidente Beto Studart tem procurado despertar entre os gestores da federação e os empresários da indústria a capacidade de pensar o futuro, como meio de se avançar na conquista de novas perspectivas. No caso das PMEs, Cavalcante lembrou que 94% das empresas cearenses se inserem nesse cenário, respondendo por 26% do PIB estadual. “Temos, por isso, que pensar cada vez mais em possibilidades de mercado para essas empresas”.

4.

IEL do Ceará e do Piauí lançam MBA em Gestão Industrial

O Instituto Euvaldo Lodi do Ceará (IEL) e o do Piauí firmaram parceria para a realização do MBA em Gestão Industrial, com certificação da Faculdade da Indústria, do IEL/Paraná. As aulas da pós-graduação, a primeira a ser oferecida pelo IEL/PI, iniciarão no dia 26 de outubro. O lançamento do curso foi realizado em agosto para grupo de empresários e convidados na Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), em Teresina. Além da turma no estado vizinho, o IEL/CE coordenará a realização de mais duas turmas do MBA em Gestão Industrial: em Fortaleza/CE e Maracanaú/CE, com aulas iniciando nos dias 28 e 29 de setembro, respectivamente. As inscrições já estão abertas no site do IEL/CE – www.iel-ce.org.br Mais informações (85) 4009.6300.

A FIEC, em parceria com o SESI, assinou no Palácio da Abolição, em solenidade com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o termo de adesão e compromisso com o governo do estado como parceiro da construção do Pacto por um Ceará Pacífico. O Pacto trata-se de ação intersetorial na área de segurança pública inserida no âmbito do plano de governo “Sete Cearás”. Segundo o superintendente do SESI Ceará, César Ribeiro, a instituição atuará nesse primeiro momento com a abertura de

turmas do projeto Educação Básica com Educação Profissional (Ebec), que integra educação básica com educação profissional, oferecendo oportunidades a jovens e adultos de chegarem ao mercado de trabalho. As aulas iniciarão no primeiro semestre de 2016 na unidade de Parangaba. Desde sua concepção, em 2004, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Ebec aumentou as chances de inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos que não puderam concluir o ensino médio regularmente.

5.

SESI torna-se parceiro do Pacto por um Ceará Pacífico

6.

Sinduscon realiza a 9ª edição do Dia Nacional da Construção Social



O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará (Sinduscon-CE) realizou, no dia 22 de agosto, no SESI Parangaba, a 9ª edição do Dia Nacional da Construção Social. O evento é uma mobilização social promovida pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), em parceria com o SESI Nacional e apoio do Seconci Brasil. Durante o evento, aconteceram os jogos finais da Copa da Construção, campeonato que envolveu diretamente 800 funcionários, divididos em 50 times e entre eles o vencedor foi o da SERT Engenharia.

7.



Colaboradores do Sistema FIEC marcam presença em corridas de rua

O Sistema FIEC marcou presença com 200 colaboradores na segunda edição da Corrida Dias de Sousa, realizada em 30 de agosto. Já no dia 2 de agosto, 241 trabalhadores do Sistema FIEC participaram do Circuito de Corridas Caixa. Na ocasião, a equipe foi eleita pela organização nacional do circuito como “a maior em número de inscrições”. A ação, visando incentivar a prática de hábitos saudáveis entre os trabalhadores, é uma iniciativa do Programa de Qualidade de Vida do Sistema FIEC, promovida pela Gerência de Recursos Humanos com apoio do Núcleo de Qualidade de Vida do SESI/CE.

8.

SENAI CERTREM é destaque na Cearapão

O SENAI CERTREM participou da maior feira da indústria da panificação, confeitaria e gastronomia do estado – a Cearapão, no período de 11 a 13 de agosto, no Centro de Eventos do Ceará. Durante os três dias, a unidade móvel de panificação e confeitaria do SENAI/CE recebeu a visita de estudantes, representantes de moinhos, empresários e outros profissionais da área. A cada dia, foram apresentadas aulas show de panificação e confeitaria, como demonstração de cursos ofertados pela unidade. A Cearapão também foi apoiado pelo Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado do Ceará (Sindpan), associado à Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).

9.

Grupo M. Dias Branco conhece Instituto Senai de Eletrometalmecânica em Maracanaú

Representantes do grupo M. Dias Branco visitaram o Instituto SENAI de Tecnologia Eletrometalmecânica, em Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza. Carlos Simões, gerente corporativo de engenharia e projetos, Aled Parry, gerente corporativo de Sustentabilidade, Yoranna Pinheiro, assistente de Sustentabilidade, e a engenheira Mércia Almeida conheceram os espaços, laboratórios e projetos realizados pelo IST, bem como o trabalho do Instituto SENAI de Tecnologia em Energias Renováveis (ISTER). A ideia do encontro foi discutir a possibilidade do grupo M. Dias Branco desenvolver um projeto de inovação em parceria com o SENAI/CE.

10. Apresentado Salão Ceará Moda Contemporânea



Empresários da cadeia produtiva da moda, designers, jornalistas e blogueiros, participaram na FIEC, do café da manhã de lançamento do “Salão Internacional de Moda e Negócios: Ceará Moda Contemporânea”, cuja primeira edição será realizada de 27 a 29 de abril de 2016, no Centro de Eventos do Ceará. O evento trata-se de ação dos sindicatos industriais representantes da cadeia produtiva da moda - Sindroupas, Sindconfeccções e Sinditêxtil. Na oportunidade, também foi lançado o movimento VML (Valorize Moda Local), em comemoração aos 80 anos do Sinditêxtil, em forma de manifesto com o foco na valorização da moda local.

11. SESI é a marca mais lembrada em serviços de segurança e saúde no trabalho

O SESI é a marca mais lembrada em serviços de ginástica laboral em 2015 no Prêmio Marca Brasil, realizado pela revista Cipa, de segurança e saúde no trabalho. A instituição é premiada desde o início da categoria, em 2006. Por essa conquista, o SESI recebeu em São Paulo, mais duas condecorações: o Top Max Marca Brasil, por se manter na liderança na categoria por, no mínimo, oito anos; e o Top Absolute Marca Brasil,

por se manter em primeiro lugar desde o início da categoria. O SESI também é a segunda marca mais lembrada entre as entidades prestadoras de serviços em segurança e saúde no trabalho do Top of Mind (<http://www.protecao.com.br/premios/top-of-mind-de-protecao/>), promovido pela revista Proteção, também especializada em segurança e saúde no trabalho.

IEL comemora Dia do Estagiário

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL/CE) comemorou, no dia 18 de agosto, com programação voltada, principalmente, para estagiários e para quem está em busca de estágio, o Dia do Estagiário.

Na ocasião, a gerente de Desenvolvimento e Carreiras do IEL, Aurineli Freire, ressaltou a importância de oferecer palestras e atividades que contribuem para o desenvolvimento de carreiras. Saiba mais sobre o programa de Estágio do IEL no site: goo.gl/NQmMk2

12.



13.

Prêmio FIEC por desempenho ambiental

O Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental estará com inscrições abertas a partir de 30 de setembro, nas categorias Produção Mais Limpa; Reuso de Água; Educação Ambiental; e Integração com a Sociedade. O Prêmio FIEC tem como objetivo premiar empresas industriais, filiadas aos sindicatos que integram o Sistema FIEC, as quais tenham se destacado na conservação do meio ambiente e implementado atividades que resultem na melhoria da qualidade ambiental, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável e de modo a servirem de modelo para outras indústrias.

14.

Empresa de Sobral fará joint venture com grupo polonês do setor químico

Filiada ao Sindquímica, a empresa Spatex, do segmento de algodão hidrófilo e afins, sediada em Sobral, fechará uma joint venture com o grupo polonês Prino-Plast, para a abertura de uma indústria na área de fármacos, cosméticos e hospitalar naquela cidade da região norte do estado. Segundo o proprietário da Spatex, empresário Eugênio Pamplona, o negócio está avaliado em 20 milhões de euros e a unidade deve ser iniciada ainda este ano. A Spatex foi fundada em 1988 e conta atualmente com 150 colaboradores.

Fimmepe Mecânica Nordeste chega a 21ª edição

15.

Vitrine para os setores da indústria metalomecânica e eletroeletrônica, a Fimmepe Mecânica Nordeste – Feira da Indústria Mecânica, Metalúrgica e de Material Elétrico de Pernambuco – chega a sua 21ª edição de 20 a 23 de outubro, no Centro de Convenções de Pernambuco. O evento é realizado pelo Sindicato das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Pernambuco (Simmepe), com organização da Reed Exhibitions

Alcantara Machado. Nesta terça-feira (11), representantes da Reed Exhibitions e do Simmepe estiveram em Fortaleza, em busca de parcerias com entidades como Sebrae e Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Na FIEC, eles foram recebidos pelo presidente do SIMEC, Sampaio Filho, que mostrou o interesse dos empresários em participar das feiras. Durante o encontro, Sampaio apresentou o Programa de Desenvolvimento da Indústria Cearense.

SESI Juazeiro do Norte conquista 29 medalhas no I Qualife Caririense Master de Natação

A equipe SESI conquistou 29 medalhas durante o I Qualife Caririense Master de Natação, realizado no Instituto Federal do Ceará (IFCE) – Campus Juazeiro do Norte. Foram disputadas 72 medalhas, ao total. Formada por 11 atletas, a equipe SESI Juazeiro do Norte foi representada por alunos e pelos colaboradores Richardson Bezerra, Juarez Lôbo e João Ribeiro Lôbo (ex-colaborador do SESI e atual colaborador da Interativa Empreendimentos e Serv de Limpeza). O campeonato contou com a participação de equipes do Círculo Militar, IFCE, Sesc e Faculdade Leão Sampaio (FALS).

16.

17. PDA realiza curso sobre fiscalização do trabalho no polo moveleiro de Marco

O Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) da FIEC realizou na cidade de Marco, o curso “Como Atender Fiscalização do Trabalho”, voltado para empresários e profissionais do polo moveleiro do município. Compreender o que é e como funciona a fiscalização do trabalho, identificar as normas gerais e específicas que regulam a ação fiscal,

bem como identificar oportunidades para aprimorar a gestão da empresa quanto às relações do trabalho, em especial no que tange ao atendimento da fiscalização do trabalho, foram os objetivos do curso, uma realização da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e Sebrae.

18.

Rede Empreender promove mostra de ações em universidades

A FIEC, por meio do Núcleo de Economia e Estratégia, reuniu representantes dos setores acadêmico, empresarial e governamental, no auditório do Sebrae, durante a mostra de ações voltadas ao empreendedorismo nas instituições de ensino superior cearense. O encontro possibilitou um maior conhecimento acerca das ações voltadas ao fortalecimento do ecossistema empreendedor realizadas por participantes da Rede Empreender Ceará.



19.

AEDI está com inscrições abertas para Prêmio de Responsabilidade Social

A Associação Empresarial de Indústrias (AEDI) está com inscrições abertas para o Prêmio Aedi de Responsabilidade Social. A comenda visa o reconhecimento de indústrias que contribuam para o alcance dos Objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU. O prêmio é apoiado pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, da Secretaria Geral da Presidência da República, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, além da FIEC. As inscrições devem ser efetuadas no site www.aedi.org.br. O Prêmio Aedi de Responsabilidade Social será entregue dia 25 de novembro, durante evento comemorativo de 36 anos de fundação da entidade, quando haverá, ainda, a entrega do Troféu Virgílio Távora, e da Placa Amigo da AEDI. Outras informações pelo telefone (85) 3293.1797.

Os desafios para a adoção de novos modelos em infraestrutura

GRADUADO E MESTRE EM ENGENHARIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC), COM MBA EM GESTÃO EMPRESARIAL PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), ANDRÉ MACÊDO FACÓ COMEÇOU A VIDA PROFISSIONAL NA INICIATIVA PRIVADA, NA QUAL EXECUTOU PROJETOS DE SISTEMAS DE ESCOAMENTO SANITÁRIO, ABASTECIMENTO D'ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTOS DE DIVERSOS MUNICÍPIOS CEARENSES.

FUNCIONÁRIO DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ (CAGECE) DESDE 2004, FOI SUPERVISOR DE DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL, GERENTE DE UNIDADE DE NEGÓCIOS E DIRETOR DE OPERAÇÕES, CARGO QUE OCUPOU ATÉ 2013, ASSUMINDO A PARTIR DAQUELE ANO COMO DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. EM JANEIRO DE 2015, ASSUMIU COMO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ (SEINFRA), COM A MISSÃO DE REPENSAR O MODELO DE GERENCIAMENTO DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA NO CEARÁ.

DESDE ENTÃO TEM ESTREITADO LAÇOS COM A INICIATIVA PRIVADA NO SENTIDO DE BUSCAR ALTERNATIVAS QUE POSSAM VIABILIZAR ESSES MODELOS. NO ESCOPO DE ABRANGÊNCIA DA PASTA, TAMBÉM, FACÓ COLOCA COMO UM DOS DESAFIOS DESTRAVAR OS GARGALOS QUE IMPEDEM O CEARÁ DE APROVEITAR O IMENSO POTENCIAL QUE POSSUI PARA INCREMENTAR O SEGMENTO DE ENERGIA ALTERNATIVA.

**POR ANA MARIA XAVIER
E LUIZ HENRIQUE CAMPOS
FOTOS GIOVANNI SANTOS**







“O estado quer que a infraestrutura seja desenvolvida. A FIEC quer que a infraestrutura seja desenvolvida. Então, por que não juntar forças e buscar identificar quais são os projetos de infraestrutura econômica que podem ser viabilizados de outras formas que não as obras públicas?”

Revista da FIEC – Secretário, está em curso uma parceria entre setor produtivo e governo do Ceará no sentido de se propor novos modelos para o gerenciamento de alguns equipamentos públicos. Como está esse processo e qual a perspectiva em relação ao que o governo vislumbra?

André Facó – Primeiro, eu vou falar porque surgiu a ideia. Nós temos hoje uma situação que é muito clara, em que a sistemática normal para você buscar fazer infraestrutura tem que ser repensada. Aquele caminho no qual você desenvolve o projeto, capta recurso público, faz o processo de licitação, depois tem a execução da obra, e da obra terminada até ter o serviço prestado, isso é um problema no Brasil. Nós vislumbramos na Secretaria de Infraestrutura, que na verdade somos um meio para um serviço, e não vale de nada se não tivermos esse serviço. Com essa lógica, está muito evidente que vamos ter que repensar, pensar novos modelos. Foi quando começamos discutir na Seinfra a ideia de diferenciar a infraestrutura em dois tipos: a infraestrutura que a gente chama social e a infraestrutura econômica. A infraestrutura social, o foco dela é gerar o bem-estar social. Por exemplo, uma estrada que interliga

duas sedes que não tem caráter produtivo, mas que é exatamente para melhorar a qualidade de vida daquela população. Essa é a função do governo: garantir o bem-estar social da população. E tem uma outra infraestrutura, que chamamos infraestrutura econômica, que gera o bem-estar social, mas gera indiretamente. Primeiro gera o desenvolvimento econômico, com melhoria de produtividade, emprego, renda e bem-estar social. Então, a partir dessa segregação, percebemos que talvez nessa infraestrutura social tenhamos que continuar utilizando essa sistemática, recurso público, licitação. Mas na infraestrutura econômica, tem espaço para buscar inovação. E uma delas é exatamente a concessão. Dentro do governo, isso já estava sendo discutido pela Seinfra, pelo Planejamento, Secretaria da Fazenda e Desenvolvimento Econômico. Foi quando fomos conversar com a FIEC exatamente apresentando essa proposição de interesses que são comuns em relação ao desenvolvimento econômico, em relação à infraestrutura. O estado quer que a infraestrutura seja desenvolvida. A FIEC quer que a infraestrutura seja desenvolvida. Então, por que não juntar forças e buscar identificar quais são os projetos de infraestrutura econômica que podem ser viabilizados de outras formas que não

as obras públicas? E aí tem essa dinâmica de parceria com ações privadas em vários modelos. Um deles é a concessão, outro é a PPP, outro modelo é a parcerização do público com a empresa privada. Mas para esse momento que se tem uma restrição sim, de recursos públicos, sejam eles estaduais ou federais, a concessão é o modelo, porque exatamente se põe de pé sem a necessidade de você ter recursos públicos aplicados. Foi nesse cenário que surgiu um alinhamento de interesses muito evidente, que sugerimos essa parceria institucional, de modo que tenhamos um conjunto que detecte quais projetos de infraestrutura econômica podemos identificar parceiros para viabilizar no menor espaço de tempo possível. A primeira rodada, na verdade, que vamos buscar é iniciar este ano ainda. Depois dessa apresentação junto com a FIEC, nós chegamos a um modelo que acreditamos ser o mais adequado. É muito evidente que para termos o sucesso desses projetos é necessário ter profissionalização na escolha, na priorização, na definição dos públicos. Por conta disso, estamos buscando qual é a assessoria, qual a consultoria que tecnicamente tenha condição de nos apoiar nisso, para que, após a escolha dessa consultoria, possamos assinar esse termo de cooperação técnica em espaço de

tempo relativamente curto, de dois a três meses. Nesse tempo, fazer aquilo que se chama pipeline de projetos, colocando exatamente para cada projeto qual é o seu esforço e, posteriormente, lançar isso para o mercado. Vislumbramos que essa é uma parceria nova, inovadora e que tem tudo para dar certo, porque tem congruência no âmbito de interesses.

RF – Secretário, esse é um modelo novo e que ainda está sendo exercitado. Quando o senhor fala em curto prazo, seria o que, quatro anos?

AF – 2016, na verdade. Em infraestrutura temos ciclos que são muito alongados. Então, por exemplo, o que chamamos de infraestrutura econômica ela é muito alongada, se começa a pensar cinco anos antes de construir. Você tem que fazer licenciamento ambiental, projeto executivo e por aí vai. Começa a atingir sua maturidade com 10 anos depois de feito, são períodos muito alongados. Mas eu tenho infraestruturas que já estão prontas, são os ativos já existentes, estradas que o estado já tem, são o que a gente chama de projetos *brownfield*, ele está lá. São ativos existentes. O que é que nós queremos? Queremos repotencializar esse ativo, essa infraestrutura econômica, para que venha exatamente um olhar diferenciado do estado, e por meio desse olhar diferenciado, com condição e uma eficácia diferenciada, possamos ter prestação de serviço diferenciada.

RF - E o que é que já podemos pensar nesse modelo em 2016?

AF – Desse portfólio inicial que o estado selecionou, existem mais de 30 projetos. Com certeza, vários deles vamos chegar a conclusão que, para esse tempo que nós colocamos como meta, não vão se viabilizar. São aqueles projetos que chamamos de *greenfield*, que nós vamos começar, eles não tem nada. Então, vão ser ativos existentes, como algumas estradas e que têm principalmente um caráter de



■ FACÓ TEM ESTREITADO LAÇOS COM A INICIATIVA PRIVADA PARA VIABILIZAR NOVOS MODELOS DE GESTÃO EM INFRAESTRUTURA

melhorar esse fluxo da produção. Podem ser alguns aeroportos regionais – hoje nós temos 14 aeroportos regionais no estado, não é um negócio de estado. Se buscarmos selecionar quais são os que têm potencial de melhorar o fluxo turístico do estado ou propriamente melhorar o fluxo produtivo, já conseguiríamos ter em 2016 disponibilizados. O que estamos colocando exatamente como critério nós vamos estudar em um grande pipeline de projetos. Mas para essa primeira rodada nós vamos selecionar poucos e bons projetos que possamos ter na primeira rodada de sucesso, porque infraestrutura não é só questão de dinheiro. Infraestrutura a gente lida muito com credibilidade, com confiabilidade. Se contrata uma obra e aquele parceiro vai executar uma obra com expectativa de receber em 30 – 60 dias. Se não tem essa confiabilidade, o parceiro não vai dar a celeridade que precisa, ou não vai executar a obra. Então, infraestrutura, se trabalha com esse binômio. Eu tenho que ver aqui a confiabilidade e eu tenho que ver logicamente a garantia do equacionamento financeiro. O que queremos nessa primeira rodada é exatamente dar essa confiabilidade. O estado do Ceará não tem a tradição, não tem a cultura de fazer processo de concessão, aqui no estado temos basi-

camente concessões que são federais e basicamente uma única concessão estadual que é o esgoto, que é uma empresa pública do estado hoje, economia mista, a Cagece, que tem a concessão municipal em diversas cidades. Mas nós não temos tradição de concessão em estradas, em aeroportos. Nessa primeira rodada, nós queremos exatamente criar essa cultura da confiança e essa cultura exatamente de você ter essa parcerização com o privado fora o modelo tradicional de contratação de obras públicas. A ideia da pressa, da urgência de poucos e bons projetos, é para dar confiabilidade e a partir daí ter musculatura para fazer coisas mais ousadas.

RF – Existe o aspecto da credibilidade que o senhor falou que o estado do Ceará está um patamar acima. Mas se vive um momento econômico complicado que o investidor de certa forma está se retraindo em relação a investimentos desse tipo. Em que aspecto o governo considera essa possibilidade e vir a atrapalhar os planos?

AF – Eu não tenho dúvidas de que projetos que são o que a gente chama de *greenfield* nesse primeiro momento não serão tão atrativas, que é exatamente



SECRETÁRIO APONTA NECESSIDADE DE DESTRAVAR GARGALOS QUE IMPEDEM MELHOR APROVEITAMENTO DO POTENCIAL ENERGÉTICO DO CEARÁ



você começar a desenvolver esse projeto do zero com expectativa futura de ter os seus ganhos. Ou seja, o estado não precisa colocar dinheiro, essa concessão se põe de pé com geração de recebíveis dela mesmo. Está exatamente tentando diminuir as incertezas do privado. Então, a escolha que estamos fazendo nessa primeira rodada vai mais ou menos para tentar diminuir esse temor, ou pelo menos minimizar um pouco essa fragilidade. Se fizermos uma primeira rodada de projetos e ela acontecer com sucesso já começa a dar musculatura para a gente poder pensar em outra rodada um pouco mais ousada. Por exemplo, as PPPs. A diferença da concessão das PPPs é que a PPP é uma concessão que há recurso público, é patrocinada ou ela é administrativa, mas é uma concessão que sempre há recurso público. Nesse momento, não dá certo, mas se eu tenho uma concessão em que exatamente por conta da operação eu vou gerar receita e essa receita se paga, já temos um cenário diferenciado. É essa cultura que a gente quer começar a estimular. A primeira rodada, a ideia é que a gente faça *road shows* e apresente para vários investidores, entre eles, investidores de fora. Mas nessa primeira rodada talvez não tenhamos projetos de musculatura tão grande a ponto de que grandes

grupos estrangeiros venham. Mas queremos estimular essa cultura no Brasil.

RF – O arco metropolitano que está orçado em R\$ 350 milhões, o senhor acha viável entrar nesse processo de concessão agora?

AF – Vamos estudar. Mas fazendo uma análise preliminar eu acho que não entraria. O arco metropolitano tem um valor agregado. A logística é fabulosa, só que é um projeto *greenfield*, que vai sair do zero. Os R\$ 350 milhões são os recursos necessários para você fazer o investimento, só que você vai ter que fazer as desapropriações, as compensações ambientais. Esse projeto deve ser um pouco maior do que isso. Talvez não seja o momento. Queremos ter esse pipeline, com um *portfólio* de projetos maior e selecionar desse portfólio, quais são aqueles que sejam mais indicados para se colocar nesse momento. Vamos ter aqui um outro *portfólio* de projetos para exatamente tentar entender quais são os modelos necessários ou quando é que seria o melhor período de lançar. Isso é uma avaliação muito superficial. Logicamente vamos detalhar nesse estudo. Mas do ponto de vista de agregar valor a logística do estado do Ceará, é muito

claro e evidente que teríamos ganho fabuloso com o arco metropolitano, porque interligará várias regiões produtivas. Temos basicamente três setores industriais, de Pacajus, de Horizonte, de Maracanaú que vão interligar diretamente a nossa principal janela hoje do desenvolvimento econômico que é o Porto do Pecém, além logicamente, de outros setores produtivos, como a região Jaguaribe. Agora não tenham dúvidas de que esse é um dos projetos que nós temos buscado, exatamente uma modelagem diferenciada para a implantação dele.

RF – O governo do estado dispõe para este ano aproximadamente R\$ 600 milhões para manutenção e recuperação de estradas. Esse valor é compatível com as finanças estaduais?

AF – Na verdade, o governo finalizou em 2014 e lançamos este ano o Plano Estadual de Transportes, que analisou todos os modais de logística de transporte para os próximos 20 anos. No modal rodoviário, nós precisaríamos, em valores atualizados, de algo em torno de R\$ 20 bilhões para termos estrutura com nível de serviço adequado. Hoje nós temos uma malha rodoviária, comparativamente com o Brasil, boa. O que está sendo



“Temos basicamente três setores industriais, de Pacajus, de Horizonte, de Maracanaú que vão interligar diretamente a nossa principal janela hoje do desenvolvimento econômico que é o Porto do Pecém, além logicamente, de outros setores produtivos, como a região Jaguaribe.”

implantando, que é o programa Ceará 4, temos quase R\$ 1 bilhão em obras em andamento, são mais de 1,2 quilômetros de estradas que estão sendo reotimizadas ou estão sendo ampliadas. Se observamos que eu tenho R\$ 8 bilhões para aplicar nos próximos 20 anos, são quase R\$ 400 milhões/ano que seriam necessários, em uma visão linear, para termos os R\$ 8 bilhões implantados. Só que tem a recuperação e a implantação. Esses ativos têm vida útil e para que essa vida útil possa ser alcançada é preciso que sejam renovados, mantidos. Há um cálculo fácil, que é regra que se coloca, que se você tiver um ativo com vida útil de 10, 20 anos, e se ao longo dessa vida útil, não se for fazendo manutenções, em pouco tempo, normalmente na metade da vida útil, você terá na metade dessa vida útil que fazer um similar. É muito mais barato se ter um plano de manutenção que vá garantindo que esse ativo ao longo da vida útil tenha condição de manter o serviço adequado, ao invés do que é a regra, infelizmente, no Brasil, de nós só fazermos o investimento quando há o colapso daquele ativo. Porque é difícil para a população perceber o que é investir R\$ 400 milhões em manutenção, do que pegar esse R\$ 400 milhões e fazer outro equipamento. Então, esse valor

é ainda aquém da nossa necessidade. Se estima que é preciso investir em torno de 8% a 10% em manutenção, para que determinado ativo tenha a vida útil dele atendida com qualidade. Se pegarmos o que temos hoje, algo em torno de R\$ 10 bilhões investidos em estradas, teoricamente, eu deveria investir de 8% a 10% com manutenção para ter um tráfego legal e durar 20 anos.

RF – Secretário, há um tema muito caro à FIEC hoje, o próprio presidente Beto Studart tem tomado à frente dessa discussão, que é questão energética. Gostaríamos de ouvir o governo sobre isso, já que o tema é sempre apontado como prioridade, mas o fato é que temos perdido posição em relação a outros estados, quando temos todas as condições de despontarmos nesse setor.

AF – Esse é um assunto estratégico para o governador Camilo, posso garantir. No plano de governo dele, em diversos momentos, foram abordados fatos e temas sobre energia. Não somente energia renovável, mas sobre energia de modo geral. A tal ponto que recentemente o governador autorizou a criação de uma secretaria adjunta que trata da



“Queremos estimular as energias renováveis? Queremos. Então o que temos que fazer para isso acontecer? Temos que ter um fluxo transparente de como deve ser percorrido esse caminho.”

temática. A importância desse gesto é para colocar como estratégico, para o governo do estado, a abordagem da energia como rotina do próprio governo. Primeiro, temos que trabalhar a questão da energia em termos de futuro. E para isso é preciso planejamento organizado de fomento, estímulo, para que o empresário venha a estabelecer o Ceará como local adequado para se instalar. A cadeia da energia pode ser segregada em produção, transmissão e distribuição. Em nenhuma dessas etapas nós executamos, mas fomentamos, criamos as condições. A criação dessa secretaria é justamente para dar esse olhar estratégico nessas três vertentes. Se formos falar na parte de produção, o Ceará tem potencial gigantesco em relação ao Brasil. Agora esse potencial, essa característica natural, que não pode ser copiada — o nosso vento, a nossa posição geográfica —, não vale de nada se não houver um trabalho de gestão para garantir ao investidor que aqui ele vai potencializar o seu negócio. E é nesse sentido que a secretaria tem importância muito grande, que é coordenar ações com as demais secretarias, por ser o tema energia totalmente transversal. Fazer com que as várias áreas do governo conversem e estejam alinhadas na mesma direção, para buscar oferecer o Ceará como um lugar diferenciado no Brasil em relação a parte de energia.

RF – Mas quais são as diretrizes em relação a isso?

AF – Primeiro temos que procurar trabalhar a questão do planejamento. Hoje por meio dessas diversas secretarias e alguns parceiros, como a Câmara Setorial de Energias Renováveis, estamos construindo um plano estadual de energia, no qual vamos nos próximos 20 anos pensar estrategicamente nessas três áreas (produção, transmissão e distribuição) e lá queremos estabelecer uma visão de futuro, desdobrada em objetivos que vão ser materializados em indicadores e metas, e depois em planos de ação. Será um desenho muito claro do que o estado tem que fazer nos próximos anos. Qual a visão de futuro que podemos compartilhar no estado? Nós temos uma matriz renovável muito clara. Temos condição de vislumbrar essa matriz de forma confiável, oriunda de energia renovável, garantir que haja para a população uma confiabilidade em termos de energia e buscar cada vez mais custos que sejam tão atrativos, para que isso seja fator de escolha diferenciada para o setor produtivo. Esse documento vai exatamente construir a direção e o caminho com ações práticas e objetivas que o estado tem que buscar perseguir nas suas várias áreas.

RF – Secretário, imagino que na sua visão de técnico, já seja possível apontar alguns gargalos que estejam dificultando o desenvolvimento do segmento no estado...

AF – Vou pegar o Rio Grande do Norte como exemplo. O investimento no mercado de energia é feito pelo investidor privado. Não é o governo federal, o governo do estado, que investe com recursos públicos. Ele abre leilões e faz contratações de empreendimentos e projetos que podem ter participação de entes públicos, normalmente administração direta, para viabilizar esses empreendimentos. A grande questão é que se tem condições diferenciadas do Ceará em relação a situação geográfica, mas que se não houver uma ambiência favorável, em que esse investidor, ao instalar o seu projeto, vai ter facilidade, no sentido de não ser algo burocrático, demorado, subjetivo etc, ele não tiver segurança de que o esforço que vai fazer será recompensado, ele vai para outro local. Foi talvez o que tenha acontecido para que outros estados tenham avançado um pouco mais em comparação com o Ceará. Nós tivemos lá no Rio Grande do Norte toda uma confluência, uma infraestrutura governamental montada, alinhada, exatamente para potencializar e atrair esses investimentos. Nós chegamos a perder aqui investimentos que foram aprovados para o Ceará e que depois, em vista de algumas dificuldades que não vale a pena falar, se transferiram com o mesmo projeto para outros estados. Tanto que temos no Rio Grande do Norte um projeto com o nome de um município nosso, porque se visualizou que o esforço que faria aqui não daria o resultado esperado. Então, a grande diretriz do estado é trabalhar com o planejamento para que

haja um ambiente diferenciado. Mas não só no discurso. Temos que fazer com que os investidores percebam, com ações concretas, que aqui é o melhor local para investirem.

RF – Secretário, o senhor tocou na questão do discurso. É fato que se precisa ir além. Nesse sentido, o que se pode oferecer hoje de concreto para atrair esse investidor?

AF – Hoje, para os investidores privados, o grande risco é o que se chama marco regulatório. Eu tenho que ter a garantia de que o que foi acordado no contrato será cumprido. Nós temos que dar essa transparência para eles. Nós temos que, por meio desse planejamento, vender isso de forma muito clara para o Brasil, para os investidores. É o que temos buscado. Queremos estimular as energias renováveis? Queremos. Então o que temos que fazer para isso acontecer? Temos que ter um fluxo transparente de como deve ser percorrido esse caminho. Desde a manifestação de interesse em implantar um projeto aqui, até efetivamente o seu funcionamento. Ele entra por onde? Conversa com quem? O licenciamento ambiental deve ser feito de que forma? Em quanto tempo depois vai receber a licença ambiental? É todo um fluxo objetivo para que saiba percorrer e tenha a garantia de que vai ter o seu empreendimento implantado. E o que temos que fazer agora? Temos que construir esse fluxo. Não só por parte da infraestrutura, mas envolvendo a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria da Fazenda, e que se tenha um fluxo disponibilizado para que esses investidores consigam visualizar o processo. Temos na verdade que tirar o subjetivismo que ainda infelizmente existe.

RF – Nesse sentido, secretário, não teria sido mais acertada a criação de uma secretaria e não uma pasta adjunta para tratar dessa área?

AF – Eu sempre coloco que não tem modelo organizacional certo ou errado. Existem mensagens ou momentos. A minha visão pessoal é que um dos grandes problemas do país em termos de gestão pública é que se departamentaliza demais as instituições. Muitas vezes quando você departamentaliza demais a pessoa que iniciou um determinado processo não consegue enxergar o produto final. O que eu acho que deve fazer é integrar mais os processos para que, na medida do possível, possamos ter o mesmo responsável pelo início e pelo final. Se um processo é um conjunto de atividades em que eu tenha uma entrada que vai gerar uma saída, e essa saída tem que ser diferente da entrada, tenho que colocar um responsável que consiga enxergar isso. Quando olhamos a questão da energia, qual é um dos principais problemas da eólica no Ceará? Logística. Posso ter um *site* muito favorável para implantar uma torre eólica ou uma usina eólica, mas posso não conseguir concretizar, não porque vou ter dificuldade de licenciar. Por incrível que pareça não tenho estrada para levar esses equipamentos. Ao colocarmos esse tema energia dentro de uma secretaria com boa parte dos responsáveis por fazer isso sair do papel, juntos, você facilita. Se não, você teria da mesma forma uma departamentalização. Se teria uma secretaria como uma integradora, que até é o papel dela, mas se você consegue efetivamente colocar sob um mesmo guarda-chuva todos os responsáveis por fazer acontecer, sai muito mais rápido. Estaria errado termos uma secretaria de energia? Não.

Em alguns locais funcionou muito bem. Em outros, não. E nesse momento, nós julgamos mais viável colocar tudo no mesmo guarda-chuva.

RF – Secretário, de forma bem objetiva, o que podemos vislumbrar a curto prazo nesse segmento em termos de diferencial para o estado?

AF – Nós temos dois meses para entregar o plano estadual de energia. Logicamente que esse não deve ser o documento perfeito, mas vai nos dar um guia. Nesse documento, nós temos aí algumas medidas de curto prazo. Por exemplo, temos que rever alguns processos de licenciamento ambiental. Estamos em discussão, mas temos vários outros locais que estabeleceram fluxos respeitando a lei, de forma mais objetiva, mais célere. E isso está sendo discutido dentro desse contexto. Hoje, nós temos o Renato (Rolim, secretário adjunto de Energia) indo constantemente na Semace esclarecer ou tirar dúvidas para que determinados empreendimentos eólicos ganhem celeridade. Isso está sendo feito de forma institucional, e esperamos que em breve não precisemos mais ir lá, posamos acompanhar por meio de sistemas eletrônicos, estabelecendo prazos para cada etapa e que se possa acompanhá-los. Hoje não se consegue fazer isso. Outro aspecto é criar um encadeamento de responsabilidades. O empreendedor vem, vem para onde, começa por onde? Pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico. É lá que se dá o *start*. Nesse plano, teremos medidas de curto, médio e longo prazo. Mas de curto, que é essa urgência, queremos tornar mais objetivo o fluxo de resolução de demandas do setor energético. ■

SESI +

MAIS RENDIMENTO E DISPOSIÇÃO PARA OS COLABORADORES DA SUA INDÚSTRIA.

Quando a indústria contrata o programa SESI + para seus colaboradores, todo mundo ganha. Colaboradores mais saudáveis estão sempre mais dispostos a alcançar os melhores resultados, dentro e fora da empresa.

ASSESSORIA ESPORTIVA PERSONALIZADA

- ✓ **ASSESSORIA DE CORRIDA**
- ✓ **ATIVIDADES ESPORTIVAS**
- ✓ **TREINAMENTO FUNCIONAL**



O que o Ceará precisa para voltar a ser a “terra da energia dos ventos”

*POR ANA PAULA DANTAS
FOTOS GIOVANNI SANTOS*



Energia eólica no CEARÁ

Cena 1: É o ano de 1996. O Ceará é pioneiro na utilização da energia eólica conectada na rede de distribuição, com implantação do parque eólico da Praia Mansa, no Mucuripe, em Fortaleza/CE, com 4 aerogeradores de 300 kW. Em 1999, o estado tem sua primeira contratação comercial de energia eólica no Brasil, com a inauguração dos parques eólicos da Prainha/Aquiraz e da Taíba/São Gonçalo do Amarante, de 10MW e 5MW, respectivamente.

Cena 2: De 2000 a 2011, o estado se manteve na primeira posição nacional com a maior capacidade instalada, atraindo investidores e empresas interessadas em energia eólica.

Cena 3: A partir de 2012, o Ceará perdeu sua liderança para o estado do Rio Grande do Norte. Os dados de junho de 2015, da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEE-ólica), mostram o estado na terceira posição, no Brasil, com maior capacidade em operação – são 45 parques eólicos instalados (44 em operação e 1 apto a operar), fornecendo 1.233,2MW. Até 2018, a previsão é de que sejam instalados mais 58 parques eólicos, somando 1.326,2 MW.

As entidades ligadas ao setor da indústria da energia eólica no Ceará e o governo do estado desejam escrever um final feliz para esse filme a partir deste ano de 2015, principalmente com o crescimento da demanda de energia e as condições de sol e vento no estado. As ações são muitas e partem tanto do setor privado quanto público.

Em dezembro de 2014, a FIEC criou o Núcleo de Energia Eólica, coordenado pelo consultor, especialista em energia e presidente da Câmara Setorial de Energias Renováveis do Estado do Ceará/Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece), Jurandir Picanço. O Núcleo tem por objetivo assumir o papel de articulador de negócios na área de energia, com solução de conflitos ou possíveis entraves aos investimentos.

No mesmo mês, o Sindicato das Indústrias de Energia e de Serviços do Setor Elétrico do Estado do Ceará (Sindienergia-CE) também criou a Diretoria Setorial de Geração Eólica, gerido pelo engenheiro Adão Linhares, com larga experiência

- São 103 parques eólicos: 45 parques instalados (44 em operação e 1 apto a operar) e 58 já contratados, localizados nos municípios de Acaraú, Amontada, Aquiraz, Aracati, Beberibe, Camocim, Eusébio, Fortaleza, Itarema, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Trairi.
- 3º estado com maior capacidade em operação no Brasil em energia eólica em junho/2015: são 1.256,3MW de capacidade instalada – o que representa um investimento avaliado em R\$ 6 bilhões.
- Pioneiro na geração eólica no Brasil, manteve o 1º lugar nacional com a maior capacidade instalada de 2000 a 2011.
- Capacidade instalada de fontes de energia renovável é de, aproximadamente, 1.223,234kW. A grande parcela é gerada pelos ventos:
Usinas Eólicas: 38,61%
Usinas Hidrelétricas: 0,2%
Usinas Fotovoltaicas: 0.03%

FONTES: ABEEólica e Secretaria Adjunta de Energia, Mineração e Telecomunicações do Estado do Ceará.

no setor: foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) e ex-presidente da Câmara Setorial de Energias Renováveis do Estado do Ceará. A diretoria tem como missão atrair políticas e empresas geradoras de energia eólica.

Em junho de 2015, a gestão do governo Camilo Santana criou a Secretaria Adjunta de Energia, Mineração e Telecomunicações, ligada à Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), tendo à frente o engenheiro eletricista Renato Rolim. A criação da Secretaria Adjunta atende a reivindicação que consta da Agenda da Indústria, entregue pela FIEC ao governador.

A nova secretaria vai atuar na formulação e implementação de planos estratégicos e de políticas ligadas aos setores, a fim de garantir a atração de investimentos necessários ao desenvolvimento da cadeia produtiva de cada área. O foco maior, no entanto, será no setor de energias renováveis. “A FIEC considera o setor de energia um importante instrumento de desenvolvimento do estado, por isso, tem-se voltado, em parceria com o governo, facilitar os canais para que esse segmento possa avançar”, destaca o presidente da FIEC, Beto Studart.



■ O CEARÁ, POR MUITO TEMPO, RECEBEU BOA PARTE DOS EMPREENDIMENTOS DA ÁREA POR CONTA DE SUA ESTRUTURA RECEPTIVA

Para tanto, a secretaria recém-instalada deverá elaborar projetos, estudos de viabilidade e se articular junto ao Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), dentre outras, para garantir a conexão dos empreendimentos de geração de energia à rede elétrica. “Atuaremos conjuntamente com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para agilizar o licenciamento dos empreendimentos. Estamos, também, trabalhando em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) quanto ao acompanhamento dos investimentos em energia e da cadeia produtiva”, ressalta Rolim.

A também criada Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), comandada pela secretária Nicolle Barbosa, quer buscar liderança nas energias renováveis. Um grupo de trabalho – formado por técnicos do governo, da iniciativa privada e das universidades – está atuando para a definição de propostas concretas no tocante à questão da energia, considerada um dos principais fatores de competitividade para atração de investimentos no Ceará. O objetivo é o de tornar o Ceará num polo de geração de energias alternativas, com objetivo de atrair mais investimentos.

GARGALOS: O QUE FAZER PARA MUDAR O QUADRO ATUAL

O coordenador do Núcleo de Energia e representante da FIEC na Câmara Setorial de Energias Renováveis, Jurandir Picanço, acredita nas ações de mobilização do governo do estado, mas alerta que as iniciativas devem prever tanto viabilização dos empreendimentos geradores de energia, com criação da infraestrutura necessária para receber os negócios em torno da energia renovável – em parte dependente do Governo Federal, por seguir um plano nacional de energia – como também a ação proativa do governo estadual em atrair novos investidores.

“Por muito tempo, o Ceará recebeu boa parte dos empreendimentos da área, porque já tinha estrutura receptiva. De uns cinco anos para cá, surgiram algumas dificuldades para os investidores de instalarem, principalmente na área ambiental, porque o Ministério Público paralisou empreendimentos e faltou ação proativa do governo em esclarecer o que estava sendo feito, bem como o apoio da Secretaria de Meio Ambiente do Ceará (Semace). Criou-se uma imagem de que no Ceará os projetos demoravam para serem implantados, o que era verdade. Os outros estados visualizaram essa oportunidade de mercado e fizeram exatamente o inverso: criaram toda a facilidade para que o investidor, chegando lá, tivesse tudo preparado. Hoje temos a expectativa de buscar reverter esse processo”, avalia Picanço.

A Bahia é um desses estados, na frente do Piauí e do Ceará, hoje está em segundo lugar em capacidade de 3886,4 MW de energia contratada, com investimentos de R\$ 18 bilhões até 2017/2019, segundo dados da ABEEólica. Na opinião do diretor do Sindienergia/CE e ex-presidente da ABEEólica,



GIOVANNI SANTOS / SISTEMA FIEC

Adão Linhares Muniz, o Ceará (mesmo sendo a terra dos ventos) deu as costas para o negócio eólico e os investidores perderam interesse. O que faltou?

“Apoio estratégico na gestão do negócio”, enfatiza Muniz, ao acrescentar que um dos motivos de a Bahia estar em primeiro lugar no quesito gestão do processo de atração de investimento e de dar confiança ao investidor é porque montou um balcão de recepção, uma espécie de comitê, formado por representantes da Secretaria de Infraestrutura, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente, que auxilia os investidores de energia eólica naquilo que for preciso. “O investidor usa a indústria local e tem a certeza sobre o que ele precisa fazer e quanto tempo vai levar para montar o parque eólico. É isso o que o investidor precisa, de planejamento. Não de burocracia”, diz.

Mesmo diante desse cenário, Adão Muniz acredita que o Ceará tem condições de retomar a posição de “terra dos ventos para a energia eólica”, principalmente com a reestruturação que o Governo Camilo Santana promoveu, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e, agora, com a criação de uma secretaria adjunta específica de energia no âmbito da Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra). “O Estado precisa se articular e investir no relacionamento com os investidores”, diz.

PROPOSTAS PARA AS INICIATIVAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Em junho de 2015, a Câmara Setorial de Energias Renováveis encaminhou um documento para o governo do estado – em nome da Agência de Desenvolvimento do Ceará (Adece) e da Secretaria Adjunta de Energia, Mineração e Telecomunicações/Seinfra – apresentando uma série de considerações relativas às demandas do setor da indústria da energia eólica no estado, bem como propostas vistas como necessárias para o fortalecimento do setor e a consolidação das políticas de atração de investimentos. O principal objetivo: manter o Ceará competitivo e atrativo na geração eólica. Foram elencadas como principais propostas para as iniciativas privada e pública:

- Criação da “Sala do Investidor” (Balcão de Atendimento), incluindo os agentes das secretarias diretamente envolvidas com o setor de energia/geração eólica, como SDE/Adece, Seinfra/Secretaria Adjunta de Energia), Sema/Semace e Gabinete do Governo.
- Articulação com o governo federal para definição de um plano de implantação planejado de linhas de transmissão e subestações, com capacidade de absorver o potencial eólico de regiões como as Chapadas do Apodi, Araripe, Serra da Ibiapaba e litorais leste e oeste.
- Desenvolvimento e publicação da revisão do Atlas do Potencial Eólico do Ceará, considerando as características tecnológicas atuais de medição de vento e de equipamentos geradores.
- Desenvolvimento de um plano de logística de escoamento de grandes equipamentos e componentes, com adequações de vias, estradas e pontes de acesso às regiões de implantação de parques eólicos.
- Aperfeiçoamento dos processos de licenciamento ambiental, com melhor estruturação técnica do órgão licenciador e articulação institucional proativa entre os vários órgãos envolvidos.
- Articulação com o Ministério Público (federal, estadual e municipal) e instituições relacionadas ao setor.
- Articulação com as prefeituras municipais, disseminando melhor o conhecimento sobre energia eólica e seus benefícios aos municípios e às comunidades envolvidas.
- Providência da alteração legislativa necessária de forma a permitir a restituição dos créditos acumulados de ICMS, às empresas beneficiadas.
- Indicação pela Adece de um ‘gerente específico para a Câmara Setorial de Energias Renováveis’, similar ao sistema produtivo do agronegócio, possibilitando ações de apoio operacional na elaboração e implementação de uma ‘agenda setorial’ permanente.
- Implantação do ‘Conselho das Câmaras Setoriais’, ambiente transversal entre as demais câmaras, buscando sinergias comuns entre as diversas câmaras setoriais do estado. ■

Presidente Beto Studart cobra ações fortes diante da crise em encontro com Dilma Rousseff

Em clima de perspectiva de volta do imposto CPMF, de retração da economia e recessão técnica, com base em números divulgados pelo IBGE, mais de 70 lideranças empresariais e políticas se reuniram com a presidente Dilma Rousseff e o governador Camilo Santana na última sexta-feira, 28/8, durante o evento Dialoga Ceará, no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza. O presidente da FIEC, Beto Studart, era um dos convidados e aproveitou o momento para discursar em nome do setor industrial cearense.

Posicionou-se contra a volta da CPMF, cobrou ações concretas para se enfrentar a crise e também elogiou a realização do encontro. Na ocasião, foi assinada a ordem de serviço para ampliação das obras da Ferrovia Transnordestina no trecho entre os municípios de Missão Velha e Pecém onde fica Complexo Industrial Portuário no Ceará. Na sua fala inicial, a presidente Dilma Rousseff falou da importância da Transnordestina como uma obra estruturante para o país e citou também o avanço das obras Transposição do Rio São Francisco e a inauguração da estação de bombeamento. Ela agradeceu a presença do presidente da FIEC, Beto Studart.

O presidente da FIEC avaliou a reunião como muito proveitosa e espetacular. “As coisas não estão bem, mas a presidente pelo menos está ouvindo a sociedade como um todo”, disse. Em seu discurso, além de mencionar a queda da atividade produtiva e dos empregos da Indústria no Ceará, Beto Studart criticou a possibilidade de volta da CPMF e cobrou ações enérgicas e concretas em meio a crise.

Ao mesmo tempo, Beto Studart elogiou o encontro. “Estamos muito satisfeitos em fazer parte desse momento importante do nosso estado, quando o governador Camilo Santana anfitrião a presidente Dilma Rousseff e sua comitiva, e reúne tantas pessoas de diferentes setores da economia, de diferentes pensamentos, em um grande evento cujo título é tão simbólico quanto esperançoso. Este “Dialoga Ceará” diz muito de nós, cearenses, sempre abertos, prontos a receber, animados em construir laços, em interagir, em unir para crescer”, reconhece.

Além do presidente da FIEC, Beto Studart, entre os industriais presentes, o ex-presidente da FIEC e hoje um dos



■ PRESIDENTE BETO STUDART PARTICIPA DE ENCONTRO COM A PRESIDENTE DILMA NO CENTRO DE EVENTOS

vice-presidentes da CNI, Jorge Parente, os vice-presidentes da FIEC, Carlos Fujita e Hélio Perdigão, o diretor financeiro e presidente do Sindicarnauá, Edgard Gadelha, o diretor administrativo da FIEC, Ricardo Cavalcante, o presidente do SIMEC, Sampaio Filho, do Sindialimentos, André Siqueira, o vice-presidente da área imobiliária do Sinduscon Ceará, Carlos Gama, e o presidente do CIC, José Dias de Vasconcelos. Além do ex-presidente da FIEC e dono da Durametal, Fernando Cirino Gurgel, o presidente do Grupo Aço Cearense, Wilmar Ferreira, e o sócio e presidente do Grupo Marquise, José Carlos Pontes.

Após o encontro, o governo federal divulgou que abandonaria a ideia de trazer de volta a CPMF.

EMPRESÁRIOS APÓIAM POSICIONAMENTO

O presidente do Sindialimentos Ceará, André Siqueira, considerou positivo o posicionamento do presidente Beto Studart durante encontro com a presidente Dilma Rousseff. Para ele, Beto Studart foi cordial e elegante mas não deixou de apontar inquietações e problemas que afligem as indústrias. André

Siqueira aproveitou o momento e apresentou um pleito à presidente Dilma Rousseff e à ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que trata sobre a possibilidade da contratação de mão de obra temporária para agroindústria com beneficiários do Bolsa-Família. “Hoje em dia quem tem necessidade de mão de obra temporária para colheita de frutas, sazonal, não tem oferta de mão de obra porque quem é beneficiário não pode se empregar. Logo, as empresas têm dificuldade de contratar mais gente formalmente. A proposta seria permitir quem é do Bolsa-Família ter três meses de carteira assinada e depois retornaria ao Bolsa-Família”, detalha a proposta.

O Projeto de laminadora da empresa Aço Cearense está suspenso pelo clima de instabilidade de investimentos no país. A construção de uma unidade da Durametal no Cipp também está sendo adiada em virtude do cenário econômico. Duas informações que ilustram bem o retrato do setor eletrometalomecânico mesmo diante da chegada da Companhia Siderúrgica do Pecém-CSP. De acordo com o presidente do Simec, Sampaio Filho, a reunião ficou muito a desejar no que condiz em falar sobre o setor eletrometalomecânico. “Sobre

Integra do discurso

BETO STUDART *PRESIDENTE DA FIEC*

Amigos empresários...

Estamos muito satisfeitos em fazer parte desse momento importante do nosso estado, quando o governador Camilo Santana anfitrião a presidente Dilma Rousseff e sua comitiva, e reúne tantas pessoas de diferentes setores da economia, de diferentes pensamentos, em um grande evento cujo título é tão simbólico quanto esperançoso. Este “Dialoga Ceará” diz muito de nós, cearenses, sempre abertos, prontos a receber, animados em construir laços, em interagir, em unir para crescer. Porém, devo dizer que essa satisfação com a qual nos encontramos nesta tarde está longe de ser o sentimento do nosso cotidiano, porque o cenário que nós, do setor produtivo brasileiro, enfrentamos não nos permite maiores lampejos de euforia.

Mas é com um enorme senso de responsabilidade que enalteço, em nome da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e dos industriais do nosso estado, a oportunidade de nos fazer ouvir pela presidente Dilma Rousseff e alguns de seus mais importantes ministros. Graças à capacidade aglutinadora, ao espírito público e à visão coletiva do nosso governador, e também ao empenho do ministro Armando Monteiro, esse momento se fez possível. Deste encontro, não seria honesto dizer que esperamos obter respostas para todos os problemas que se avolumam sobre nós. Mas é nosso dever registrar, de modo franco, de peito aberto, o descontentamento diante do quadro econômico nacional. É nossa missão trazer à tona aquilo que enxergamos como equívocos que devem ser corrigidos, e cobrar, direta e energicamente, uma tomada de posição imediata e assertiva para salvar nosso país e para aventar uma retomada do crescimento, ainda que num prazo não tão breve.

De modo geral, nós, industriais, nos vangloriamos de sermos visionários, somos tidos como otimistas, mas, no dia a dia, estamos vendo esta essência ser arrancada de nós. Mais especificamente nos últimos meses, tem sido doloroso empreender no Brasil, tem sido torturante produzir, tem sido impossível manter a confiança de que sairemos inteiros destas dificuldades. Vimos acumular queda na produção industrial brasileira em torno de -6,5% nos últimos seis meses, e de -8% no Ceará, numa consequência direta da terrível redução da demanda nacional e também por força de problemas estruturais da economia, que reduzem drasticamente a competitividade dos produtos nacionais, em inúmeros setores da nossa indústria.

No que se refere ao emprego, além dos números propriamente ditos, nos assombra a velocidade com que têm acontecido

o polo metalomecânico só foi falado uma vez pelo presidente da Transnordestina. Enfim, a expectativa não foi superada. Viemos para ver coisas mais próprias e decisivas e na realidade saímos daqui novamente só com conversa e discurso que não trazem a realidade. A Transnordestina e a Transposição do Rio São Francisco são projetos já previstos. A Transnordestina dará sem dúvidas o escoamento da nossa produção. Hoje para ver sobre a reação da economia ficou no discurso. Realmente a nossa expectativa não foi superada”, esclarece.

Carlos Prado, ex-diretor da FIEC e atuante empresário no agronegócio para exportação de frutas tropicais e produção de máquinas agrícolas, afirma que não saiu do encontro tão satisfeito, mas que o momento é de reflexão sobre a política brasileira. “É preciso que nós brasileiros de um modo geral comecemos a pensar nos destinos do país acima de tudo. Ela trouxe uma palavra de reconhecimento da crise, da situação, mostrou os limites que governo têm para solucionar o problema. E mostrando que todos nós temos que nos unir para ver se a gente consegue superar esse momento” destaca.

Ricardo Cavalcante, diretor administrativo da FIEC, acredita que a presidente escutou bem as sugestões. Para ele, o momento é de conciliação e de começar a ouvir. “O país está passando por problemas sérios. Se não parar todo mundo para se entender a gente não sabe onde vai parar. Esse momento, articulado pela presidente Dilma Rousseff e o ministro Armando Monteiro, é de aproximação e de ouvir. Nem isso tínhamos antes. Com certeza, desse momento de se ouvir, grandes ideias deverão ir para o governo. Ela explicou a dificuldade do governo. A queda de arrecadação é uma realidade. Se a indústria deixa de vender, o comércio deixa de vender, e o governo deixa de receber. A dificuldade que hoje tem o comércio e a indústria, o governo entrou nela também. Acredito que esse governo venha fazer momentos desse no país todo. E que a gente saia dessa seara de discutir política e que o país volte a crescer”, opina. ■

as perdas dos postos de trabalho, denotando quanto essa crise pode alongar-se. Apenas neste ano, no Brasil, foram quase 400 mil demissões, num reflexo da ociosidade da produção e das incertezas econômicas. No nosso estado, foram suprimidas 35 mil vagas na Indústria, o que representa cerca de 10% de um universo já restrito de 350 mil empregos no nosso setor. Se esses números não são ainda maiores, é porque parte do empresariado conseguiu minimizar demissões com alguns artifícios, como a utilização de férias coletivas e o uso de banco de horas. Mas esse lastro já está sendo consumido em mais e mais empresas, e, portanto, o drama do desemprego pode ser ainda mais profundo.

Na construção civil, por exemplo, setor dos mais fortes, entre os maiores empregadores, especialmente no nosso Estado, os sucessivos atrasos dos pagamentos referentes ao Projeto Minha Casa Minha Vida, chegando a R\$ 160 milhões, impactam irremediavelmente sobre as construtoras. Caso não seja feita a devida regularização, estimamos que haja, já na próxima semana, uma leva de 4 mil novas demissões que se somarão a outras 5 mil já realizadas por este segmento econômico, apenas no Ceará. No setor metalomecânico, o cerco também está apertando, fazendo com que entre em forte desaceleração. Outros setores importantíssimos, como couro, calçados, confecções e alimentos também sentem fortemente o golpe da recessão e engrossam as fileiras dos setores em declínio.

Presidente Dilma, como é de conhecimento, por mais de 70 anos, o Nordeste tem mantido o PIB per capita médio inferior a 50% do PIB per capita brasileiro. Este é um desempenho muito aquém do potencial da nossa região, e não podemos aceitar continuar nesse patamar, porque nós podemos muito mais, podemos gerar riqueza para nossa sociedade, temos muito mais a oferecer para o Brasil. Perceba, presidente Dilma Rousseff, é um sofrimento analisar o passado recente, é angustiante viver o presente, mas o pior tem sido o desalento ao olhar para frente. Afinal, como podemos ser otimistas, se nos vemos obrigados a cortar empregos, enquanto o governo se arrasta nos ajustes da máquina pública e nos traz de volta à malfadada CPMF que dispensa comentários?

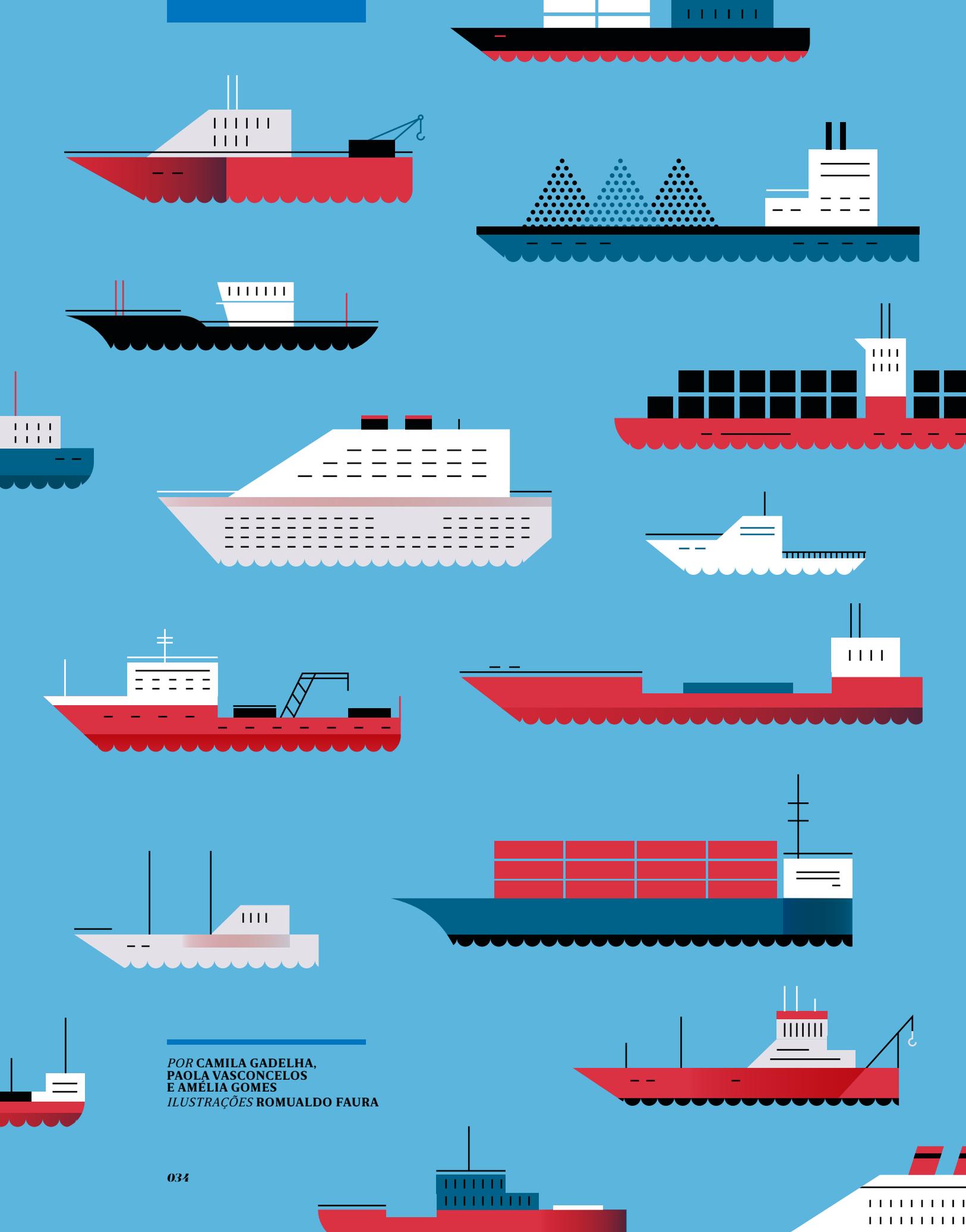
Respostas retóricas não nos bastam. Otimismo não recupera-se com o verbo. Precisamos de ação, de urgência, de foco, de verdade! Estamos aqui, abertos ao diálogo, mas palavras não nos convencem. São as atitudes efetivas que poderão nos reerguer. Atitudes corajosas como uma reforma significativa

na máquina pública, hoje reconhecidamente ineficiente, não demitindo apenas 1.000 pessoas, como divulgado, que é um montante irrelevante, mas fazendo um estudo profundo da real necessidade de corte para tornar o estado eficiente. O superávit não vem pela ampliação de impostos, seria catastrófico, e sim por uma grande racionalização da máquina pública evitando desperdícios.

A verdade é que, efetivamente, o governo federal ainda não apresentou as saídas adequadas para esse momento agudo da economia. Para corroborar, tivemos hoje a confirmação da recessão, que sentíamos na própria pele há tempos e que nos devasta. Para não dizer que só há desesperança, presidente, ressalto o prenúncio da chegada das águas do Rio São Francisco ao Canal da Transposição, num feito histórico que trará a segurança do abastecimento de água para a população e para atividades produtivas de vários estados do Nordeste e, em particular, para o nosso Ceará. Ainda que o volume liberado seja muito pequeno em relação à disponibilidade, vislumbrar que as obras se completem até o próximo ano é um acalanto para nossa população. Mas é preciso que os prazos se cumpram, porque os efeitos da estiagem no nosso sertão já são sentidos e são verdadeiramente cruéis. Outra obra da maior importância para o Nordeste é a Transnordestina, que vai permitir maior competitividade na produção agrícola e mineral da região, numa transformação positiva da nossa logística. A viabilização de sua continuidade e a sua conclusão significam uma grande abertura de oportunidades econômicas para regiões semiáridas antes sem perspectiva. Também pelo ritmo atual das obras, é imperativo que o governo federal assegure sua continuidade.

Presidente, não permita que se instale a indústria de recuperação judicial, RJ, entre os empresários do nosso estado, na eminência de acontecer, e colabore, por favor, com o governador Camilo Santana para que ele possa dar continuidade aos seus projetos estruturantes, fundamentais para o nosso desenvolvimento, saindo do marasmo atual. Por fim, presidente Dilma, meus amigos, ainda que encobertos por toda essa névoa de desencantamento e sob a sensação de navegarmos num barco sem leme, nós somos todos brasileiros e, como sabemos, não desistimos nunca. É por isso que estamos aqui reunidos hoje, desejando fortemente que Deus ilumine a todos, e a senhora em particular, para que, enfim, possa ser encontrado o caminho para dias melhores.

Muito obrigado.



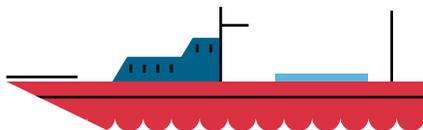
*POR CAMILA GADELHA,
PAOLA VASCONCELOS
E AMÉLIA GOMES
ILUSTRAÇÕES ROMUALDO FAURA*



Mar

de oportunidades

*PASSANDO PELA SEGUNDA AMPLIAÇÃO NO PORTO,
O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM (CIPP) TEM
UM PAPEL DECISIVO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ*



Pelo Porto do Pecém passou mais da metade (51,5%) das exportações cearenses em 2014. O aumento em relação a 2013 foi de 6,5%. No ano passado, a movimentação de mercadorias registrou novo recorde, com 8,2 milhões de toneladas contra 6,3 milhões transportadas em 2013, o que representa variação positiva de 31%.

Quatrocentos e setenta e cinco navios operaram no terminal portuário de São Gonçalo do Amarante durante esse período, com destaque para os granéis sólidos, que registraram incremento de 87%, movimentando 3,5 milhões de toneladas. As exportações cresceram 13%, enquanto as importações contribuíram com elevação de 36%. Nos últimos seis anos, de 2009 a 2014, o crescimento na movimentação de mercadorias pelo Pecém foi constante, saindo de dois milhões em 2009 para 8,2 milhões no ano passado.

Na movimentação de longo curso, os principais produtos exportados foram os combustíveis minerais, os minérios e as frutas, enquanto nas importações os destaques ficaram com os combustíveis minerais, os produtos siderúrgicos e os *clinkers* (cimentos não pulverizados). Na cabotagem, os destaques foram combustíveis minerais, *clinkers* e máquinas e materiais elétricos nas exportações, combustíveis minerais, produtos siderúrgicos e cereais nas importações.

As frutas que registraram maior movimentação para a exportação foram o melão (92 mil t), manga (35 mil t), melancia (16 mil t) e castanha de caju (10 mil t), com origem no Rio Grande do Norte (48%), Ceará (30%), Bahia (12%) e Pernambuco (8%). Os principais destinos foram a Holanda, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Espanha.

No *ranking* de todos os portos brasileiros, segundo a Secretaria do Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio e Desenvolvimento (Secex), o porto cearense lidera a importação de *clinkers*, com participação de 35%, seguido pelos portos de Barcarena, Mucuripe, São Luiz e Suape. Nas importações de produtos siderúrgicos, a liderança é do porto de São Francisco do Sul, seguindo-se os portos do Pecém, Santos e Itajaí.

Estão sendo construídos mais três berços de atracação de navios cargueiros ou porta-contêineres que operarão carga geral e produtos da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). O investimento geral é de R\$ 640 milhões, aproximadamente. A expansão irá aumentar cinco vezes a capacidade de movimentação de cargas.

Nas exportações de frutas, a liderança fica com o porto de Parnamirim, com participação de 27%, seguido pelo Pecém com 26%, Santos com 15% e Salvador com 13%. O Pecém é terceiro colocado nas exportações de calçados, com o porto de Santos na liderança e o do Rio Grande em segundo.

Pelo Porto do Pecém passou mais da metade (51,5%) das exportações cearenses em 2014. O aumento em relação a 2013 foi de 6,5%. O Porto de Fortaleza apresentou retração de 24,3% em movimentação de cargas e o Aeroporto Pinto Martins registrou aumento de 18,7%.

O porto integra o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), estrutura de papel decisivo no crescimento econômico do Ceará, com empreendimentos importantes já estabelecidos e com possibilidade de atrair novos investimentos.

Inaugurado em 2002, o CIPP nasceu dos objetivos do governo estadual de reestruturar o parque industrial cearense a partir de atividades industriais estruturantes, com repercussão em vários setores da economia cearense e novo ritmo de crescimento e desenvolvimento. Um dos eixos estratégicos do CIPP é o Terminal Portuário do Pecém, o Porto do Pecém, com espaços da retroárea destinados a funcionar como Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e atração de grandes empreendimentos.



■ O PORTO POSSUI AINDA UMA CORREIA TRANSPORTADORA COM 12 KM DE EXTENSÃO E CAPACIDADE PARA MOVIMENTAR 2.400 TONELADAS/DIA

Em geral, é formado pelas instalações portuárias, por áreas de proteção ambiental, por duas áreas urbanas e por quatro setores para ocupação industrial e de serviços.

O CIPP situa-se nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, litoral oeste do estado do Ceará, a, aproximadamente, 50 km da Capital. São 13.337 ha destinados à implantação de indústrias, dos quais 7.101,63 ha (53,25%) pertencem ao município de Caucaia e 6.235,37 ha (46,75%) ao de São Gonçalo do Amarante.

O Porto do Pecém trata-se de um terminal marítimo concebido para propiciar operações portuárias eficientes, com acessos rodoviários e ferroviários independentes. Foi projetado para permitir o acesso da grande maioria dos navios comerciais em operação, dispondo em suas instalações de atracação, de profundidades compatíveis com navios de última geração, tanto no que se refere aos navios graneleiros quanto aos navios de carga geral, incluindo-se navios porta-contêineres.

Um elo na cadeia logística do transporte marítimo, o Porto do Pecém é constituído de três píers marítimos, sendo o primeiro para granéis sólidos, líquidos e carga geral não containerizada; o segundo para granéis líquidos; e o terceiro (Terminal de Múltiplas Utilidades - TMUT) para granel sólido,

carga geral containerizada e não containerizada. Por se tratar de um terminal *off shore*, os píers de atracação estão protegidos da ação das ondas e correntes por um quebra-mar de berma, na forma de "L" com 2.770 m de extensão. Os píers são ligados ao continente por uma ponte rodoviária que interliga o Pátio de Armazenagem às instalações de atracação de navios. Dispõe ainda de uma correia transportadora com 12 km de extensão e capacidade para movimentar 2.400 toneladas por hora.

A estrutura movimenta em embarque e desembarque matérias-primas siderúrgicas (minério de ferro); produtos siderúrgicos acabados (chapas planas e bobinas); fertilizantes e cereais em granel; contêineres, granéis líquidos e gasosos; e cargas de projeto e superdimensionadas não containerizadas.

O porto é administrado pela Companhia de Integração Portuária (Cearáportos). Para viabilizar as operações das empresas, diversas entidades públicas federais e estaduais atuam integradas, inclusive com estrutura física. Do âmbito federal, atuam o Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal, Ministério da Agricultura, Ministro da Justiça – Polícia Federal, Ministério do Meio Ambiente – Ibama e Ministério da Saúde – Vigilância Sanitária. Das instituições estaduais, estão presentes a Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Agricultura.

Treze empresas estão instaladas no CIPP e outras 10 em instalação. Entre estas, estão Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Vale Pecém, White Martins Pecém Gases Industriais, Bom Cearense, Ourofertil Nordeste, Expansão Comércio de Produtos Químicos, Termaco, Emy Log Serviços Auxiliares Transporte Aéreo, Fornecedora Máquinas e Equipamentos e TB Transportes. As dez instaladas e operando são: Terminal Retroportuário de Container, Companhia Sulamericana de Cerâmica, Siderúrgica Latinoamericana – SILAT, Pecém Industrial, Termo Ceará – Petrobras, Wobben Windpower, Votorantim Cimentos, Hydrostec Tubos e Equipamentos, Tortuga Companhia Zootécnica Agrária, Porto do Pecém Geração de Energia, Aeris Energia, Posto Rota do Porto, Daniel Transportes e Cearapi Apicultura e Produtos Orgânicos.

O Terminal de Múltiplas Utilidades (TMUT) passa por uma segunda etapa de expansão. As obras incluem pavimentação e ampliação do quebra-mar, nova ponte de acesso ao quebra-mar para o trânsito de caminhões para movimentação de placas e instalação de transportadores de correia para operação nos futuros terminais de granéis sólidos. Estão sendo construídos mais três berços de atracação de navios cargueiros ou porta-contêineres que operarão carga geral e produtos da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). O investimento geral é de R\$ 640 milhões, aproximadamente. A expansão irá aumentar cinco vezes a capacidade de movimentação de cargas.

No dia 31 de julho, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, visitou o CIPP, acompanhado do secretário-chefe do Gabinete do Governador, Elcio Batista, do secretário da Infraestrutura, André Facó, e do secretário da Fazenda, Mauro Filho. Depois de sobrevoar a área, o ministro conferiu toda a estrutura do porto e a nova área onde estão sendo construídos os novos berços de atracação. “O investimento que está sendo feito aqui no Pecém é um exemplo de como a indústria brasileira pode ter competitividade. O envolvimento do BNB, do BNDES, além da Transnordestina, ligando o interior do Ceará ao porto que tem uma posição extremamente vantajosa quando você considera o acesso à área via Canal do Panamá, tudo isso são passos para aumentar a nossa produtividade”, destacou o ministro Joaquim Levy.

Na ocasião, o secretário André Facó disse que a expansão do terminal vai reforçar o papel fundamental do porto na garantia de infraestrutura econômica para o estado. “A meta é que, nos próximos quatro anos, o Porto do Pecém esteja entre os cinco portos mais movimentados do país. É isso que pretendemos, principalmente, a partir da operação da CSP e com a abertura do Canal do Panamá”, reforçou.

MODERNIDADE E GESTÃO

A ampliação do Porto do Pecém responde a uma necessidade do desenvolvimento do estado, principalmente a partir da instalação da CSP. Esse novo momento requer atualização constante da forma de fazer a gestão da estrutura e novas opções para obtenção de recursos, como a água, escassa no estado.

Em maio de 2012, o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará lançou o documento “Pacto pelo Pecém: para Vender e Enfrentar Desafios – Iniciando o Diálogo”. A publicação marcou o lançamento do movimento Pacto pelo Pecém, que reúne os atores envolvidos – governo, setor produtivo e sociedade em geral – em busca de soluções para os gargalos da região. De acordo com o documento, “o aproveitamento das oportunidades que se vislumbram com o crescimento do CIPP requer um conjunto ordenado de ações, com envolvimento dos poderes públicos estadual e municipal, bem como da sociedade civil organizada. Essas ações devem ser efetivas no sentido de potencializar os impactos positivos e atenuar os efeitos perversos desse processo sobre a economia do estado e, especialmente, sobre a economia e a população dos municípios que formam o complexo e seu entorno, os quais vêm sendo afetados de modo direto e imediato pelo desenvolvimento do CIPP”.

Nesse contexto, estão sendo articuladas diversas ações para o impulsionamento do CIPP. Uma delas é o projeto WiderMos, idealizado por profissionais do Porto de La Spezia, Itália, financiado pela União Europeia. No dia 2 de junho, um protocolo de intenções foi assinado e iniciado o projeto Um Mar de Ideias.

O WiderMos, que aponta aumento de aproximadamente 25% na eficiência nos cinco portos europeus nos quais opera, é um sistema que informatiza e padroniza a linguagem, independente do idioma, entre os portos e toda a cadeia logística, conforme explicou Lorenzo Forcieri, presidente do Porto La Spezia e do Distrito Tecnológico Marino. Além do Porto do Pecém, o La Spezia escolheu o Porto de Nova York (EUA) para ampliar o WiderMos.

A parceria tem duração de três anos, prorrogável por tempo indefinido. A administração do porto cearense e os europeus formarão um grupo de trabalho para identificar com detalhes as potencialidades de cada porto. As frutas cearenses despertam o interesse dos italianos. O acordo comercial se deu por meio da parceria entre a Agência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece), Companhia de Integração Portuária do Ceará (Cearáportos), Câmara de Comércio Ítalo-brasileira do Nordeste (CCIE), Câmara de Comércio de La Spezia (CCIAA), Distrito das Tecnologias Marinas da Região Lígúria (DLTM) e Autoridade Portuária de La Spezia.

CONCESSÃO À INICIATIVA PRIVADA

Outro projeto que envolve o CIPP é a concessão de empreendimentos à iniciativa privada. O governo do estado elaborou uma lista de 29 empresas para prestar consultoria e identificar quais dessas têm perfil para entrar no pacote de concessões. A escolha se dará até novembro. A Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) irá participar do processo, avaliando e sugerindo. Para a secretária de Desenvolvimento Econômico, Nicolle Barbosa, a FIEC possui o olhar da iniciativa privada para as concessões e a parceria será útil para concretizar o projeto.

Os empreendimentos escolhidos serão apresentados em um *road show*. A expectativa do governo estadual é promover um leilão para escolher as empresas no segundo semestre de 2016. A ideia é que algumas iniciativas sejam concedidas a empresas do mercado nacional e outras do mercado internacional. O Porto do Pecém, ZPE, aeroportos regionais (Jericoacoara e Aracati) e rodovias têm potencial para entrar no pacote de concessões.

CANAL DO PANAMÁ

No final de julho/início de agosto, o presidente da Cearáportos, Danilo Serpa, esteve no Panamá, onde apresentou o Porto do Pecém, destacando sua estratégica localização geográfica e as condições de operação, mostrando, inclusive, possibilidades de expansão do terminal, cuja profundidade (-17m a -20m) permite atracação dos gigantescos navios que trafegarão pelo Canal do Panamá. A conclusão da ampliação do canal está prevista para abril de 2016.

De acordo com o presidente da Cearáportos, Danilo Serpa, até novembro, autoridades da Direção Geral do Canal do Panamá virão a Fortaleza para celebrar um acordo de cooperação com a Cearáportos, para ações de interesse comum. O acordo com o Panamá permitirá que as duas partes adotem ações comuns que permitirão o desenvolvimento do Porto do Pecém por meio de novos negócios marítimos na rota, definição de novos fluxos comerciais e na análise e antecipação de novas tendências de mercado.

Por conta dessa futura parceria com o Panamá, a Cearáportos já deu início aos estudos para a terceira ampliação do Porto do Pecém, que prevê o prolongamento do quebra-mar na direção norte e, em seguida, a inflexão à esquerda, na direção oeste, para permitir a construção de mais um píer com três berços de atracação. Esse projeto prevê, ainda, a ampliação do TMUT, cuja largura passaria para 600 metros, triplicando a retroárea para o embarque e desembarque de contêineres.

Por conta dessa futura parceria com o Panamá, a Cearáportos já deu início aos estudos para a terceira ampliação do Porto do Pecém, que prevê o prolongamento do quebra-mar na direção norte e, em seguida, a inflexão à esquerda, na direção oeste, para permitir a construção de mais um píer com três berços de atracação.

DESSALINIZAÇÃO

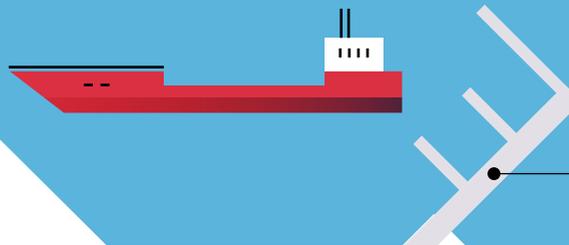
Outro projeto que possivelmente estará no plano de concessões do governo estadual é a usina de dessalinização como uma alternativa para o abastecimento hídrico do CIPP. Algumas empresas especializadas em tecnologias de dessalinização estão sendo contatadas pelo governo do estado para elaboração de estudos e projetos. O assunto foi debatido durante uma reunião realizada no dia 18 de maio, na sede da SDE do governo do estado, com participação de representantes da FIEC. O projeto da usina deve ficar pronto em dois anos.

A decisão é uma alternativa à seca pela qual passa o estado. O consumo de água bruta e tratada no CIPP é de cerca de 2 m³/segundo. Para que as indústrias do complexo não sejam prejudicadas, a proposta é que a usina de dessalinização amplie a vazão de água para a região em pelo menos mais 2,5 m³/segundo, com possibilidade de chegar até a 10 m³/segundo, dependendo do modelo da planta industrial de dessalinização escolhida.

A implantação gira em torno de discussões de como será a modelagem institucional e econômica para a construção, com opção de ser por meio de Parcerias Público Privadas (PPP), Sociedade de Propósito Específico (SPE) etc. Outro ponto a ser definido é se o modelo mais adequado inclui pequenas unidades para atender grupos de empresas ou uma grande usina, para atender a todo o CIPP.

Complexo Industrial e Portuário do Pecém

CIPP



Usina Siderúrgica
CSP



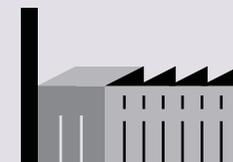
23 km
Sistema Adutor Água

Zona Processamento Exportação
ZPE

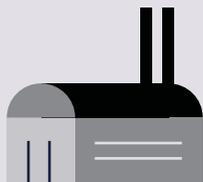


Terminal Intermodal de Cargas
TIC

13.337 hectares



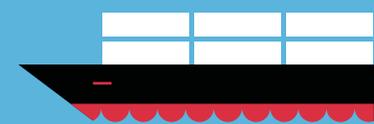
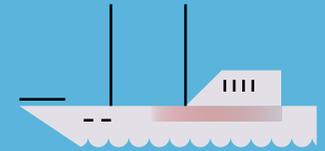
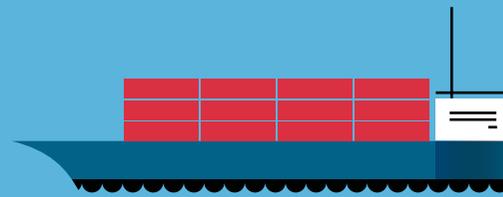
Area Industrial





Terminal Portuário do Pecém

O Terminal Portuário do Pecém é um elo na cadeia logística do transporte marítimo e tem como um de seus objetivos viabilizar a operação de atividades portuárias e industriais integradas, imprescindíveis ao desenvolvimento de um Complexo Industrial do Pecém, assumindo por isso as características de Porto Industrial.

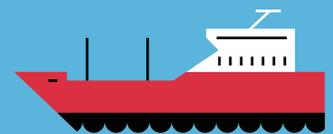


Empresas em instalação

CSP | Vale Pecém | White Martins Pecém Gases Industriais | Bom Cearense | Ourofertil Nordeste | Expansão Comércio de Produtos Químicos | Termaco | Emy Log Serviços Auxiliares Transporte Aéreo | Fornecedora Máquinas e Equipamentos e TB Transportes.

Empresas instaladas e operando

Terminal Retroportuário de Container | Companhia Sulamericana de Cerâmica | Siderúrgica Latinoamericana – SILAT | Pecém Industrial | Termo Ceará – Petrobras | Wobben Windpower | Votorantim Cimentos | Hydrostec Tubos e Equipamentos | Tortuga Companhia Zootécnica Agrária | Porto do Pecém Geração de Energia | Aeris Energia | Posto Rota do Porto | Daniel Transportes e Cearapi Apicultura e Produtos Orgânicos.



Porto do Pecém, um atrativo para as indústrias no Ceará

O desenvolvimento econômico e industrial proporcionado pela abertura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) vem sendo impulsionado com a instalação de grandes empresas nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Essas empresas têm gerado competitividade para a região com a geração de emprego e renda para os municípios. Isso evidencia que a desistência da vinda da siderúrgica para o complexo, não foi um empecilho para a abertura de novos empreendimentos.

A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) está na primeira fase de suas instalações, a operação da usina está programada para o final de 2015. Essa será a primeira usina integrada do Nordeste, em um espaço de 998 hectares, com capacidade de produzir três milhões de toneladas de placas de aço, gerando quatro mil empregos diretos e 12 mil empregos indiretos. Isso representa um acréscimo no Produto Interno Bruto (PIB) Estadual.

A CSP vai ampliar a atuação siderúrgica no país. Sua infraestrutura possui instalações adequadas para carga e descarga e fácil acesso por rodovias e ferrovias. Além disso, visa promover também o desenvolvimento ambiental da região. Baseada nos estudos realizados para preservação da fauna e da flora locais, destinará 25% dos R\$ 4,8 milhões totais em equipamentos de monitoramento e controle de emissão e liberação de efluentes e gerenciamento de resíduos que serão gerados ao longo de sua operação e, ainda, aproveitará 97% dos resíduos sólidos gerados.

Essa é a primeira empresa a se instalar em uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), sendo essa a primeira ZPE do Brasil, importante por ser uma área de livre comércio com o exterior, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens para exportação.

Entre as empresas instaladas, que também são destaque no Complexo Industrial e Portuário do Pecém está a Votorantim Cimentos, com capacidade para produzir 200 mil toneladas de cimento e 200 mil toneladas de argamassa por ano, com geração de 100 postos de trabalhos. A Votorantim visa atender o mercado da Região Metropolitana de Fortaleza e otimizar sua atuação no Ceará.

A unidade Votorantim do Pecém partilha dos ideais da sustentabilidade, ao participar da Iniciativa de Sustentabilidade do Cimento (ISC), com perspectiva de monitorar e diminuir as emissões de gás carbônico no setor de cimento até 2020. Além disso, a empresa trabalha com o baixo consumo de recursos hídricos e com a utilização do circuito fechado, que permite a reutilização da água no processo produtivo.

A Wobben Windpower é a primeira fabricante de aerogeradores de grande porte da América do Sul, com atuação no porto do Pecém desde 2002, com produção de pás e torres de concreto, que se configura em uma área de 12.660 m². A Wobben apresenta novas tendências para os moradores da região, entre elas, educação para o meio ambiente, segurança no trânsito e gestão financeira, uma forma de contribuir também para o desenvolvimento social da região e, diretamente, para qualidade de vida dos moradores, com o aumento do comércio de produtos e serviços oferecidos.

Em processo de instalação, a White Martins atuará na fabricação de gases industriais, formada pela empresa brasileira Vale (50%), em sociedade com as empresas coreanas Dongkuk Steel Group (30%) e Posco (20%). A empresa terá capacidade de produzir mais de 2.000 toneladas de gases industriais por



■ A SILAT É UMA DAS EMPRESAS EM PROCESSO DE INSTALAÇÃO NO COMPLEXO E TEM COMO OBJETIVO FORNECER AÇO PARA CONSTRUÇÕES DE TODO O BRASIL

dia. Com investimento total de R\$ 356,8 milhões, a unidade deverá ser uma das fornecedoras dos insumos necessários à operação da CSP e ocupará uma área de 3,5 mil hectares.

O transporte de contêiner é uma das responsabilidades da Termaco, empresa pioneira da atividade no Ceará, com deslocamento também de cargas especiais, como: materiais eólicos e siderúrgicos. Sua atuação conta com equipamentos especializados e de grande porte, o que garante o comprometimento de cada profissional.

A Siderúrgica Latino-Americana (SILAT), fabricante e comercializadora de produtos siderúrgicos, é um das empresas em processo de instalação no complexo e tem como objetivo principal fornecer aço para construções de todo o Brasil, adequando-se de maneira satisfatória à realidade brasileira.

Com características apropriadas para a produção independente de energia, a Usina TermoCeará, da Petrobras, também atua no complexo, com 220 MW de potência. Ao todo, são 21 usinas termelétricas que compõem o parque gerador de energia da TermoCeará, localizada no município de Caucaia.

A Aerys Energy, com atuação no complexo desde o segundo semestre de 2012, conta atualmente com os serviços de 850 colaboradores, além da geração de mais 3.000 empregos indiretos. A empresa já produziu pás eólicas suficientes para abastecer 2.000 residências e deseja expandir sua capaci-

dade produtiva para mais 650 colaboradores, de forma que possa contribuir com a geração de 6.000 empregos diretos, o que gera faturamento superior de 10% ao PIB de Caucaia.

Operando desde dezembro de 2012, a Energia Pecém, empresa do grupo EDP, é a quinta maior usina termelétrica do Brasil e possui capacidade instalada de 720 MW, suficiente para abastecer uma cidade com aproximadamente 5,6 milhões de habitantes. Mais que o dobro da população de Fortaleza, segundo IBGE. Esses números representam cerca de 82% da energia consumida no estado. Emprega, diretamente, mais de 400 pessoas. Dos mais de R\$ 3 bilhões investidos na construção da Energia Pecém, 30% foram para equipamentos de controle ambiental.

Já a termelétrica Pecém II está localizada no município de São Gonçalo do Amarante. A usina utiliza carvão mineral pulverizado e contribuiu para a ampliação da produção de energia elétrica no Ceará. Trata-se de um empreendimento 50% Eneva e 50% E.ON e possui capacidade instalada de 365 MW. Pecém II teve como investimento R\$ 1,5 bilhão.

Essas empresas também têm todo cuidado com a preservação do meio ambiente, realizam suas ações de maneira que o carvão não contamine o lençol freático da região, de modo que as partículas de carvão não sejam levadas pelo vento ou pela chuva. Essa é uma maneira de manter o controle ambiental, gerando crescimento e qualidade de vida.

FOTOS GIOVANNI SANTOS / SISTEMA FIEC



A EXPANSÃO DO PORTO VAI REFORÇAR O PAPEL FUNDAMENTAL DAQUELA ESTRUTURA ECONÔMICA PARA O ESTADO



A EXPECTATIVA É DE QUE NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS O PORTO DO PECÉM ESTEJA ENTRE OS MAIS MOVIMENTADOS DO PAÍS



O transporte de cargas é outra atividade desenvolvida no complexo. A empresa Daniel Transportes atua em todas as etapas do transporte, desde a coleta, a estufagem, a armazenagem até o embarque de cargas containerizadas, com máquinas e equipamentos de alto desempenho.

O transporte de cargas é outra atividade desenvolvida no complexo. A empresa Daniel Transportes atua em todas as etapas do transporte, desde a coleta, a estufagem, a armazenagem até o embarque de cargas containerizadas, com máquinas e equipamentos de alto desempenho. A Daniel Transportes é destaque no mercado por sua atuação portuária, com transportes de cargas especiais.

A Eternit é responsável pela produção de segmentos de louças, metais, sanitários e soluções construtivas. A 12ª instalação da Eternit, em parceria com a Corona, é denominada Companhia Sulamericana do Pecém, que está localizada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Essa é uma empresa com capacidade inicial de produção de 1,5 milhão de peças de louças sanitárias por ano, com geração de 400 a 500 empregos diretos.

Instalada em uma área de 320 mil m², a Hydrostec Tubos e Equipamentos fabrica tubos de aço e estacas metálicas em sua unidade no Porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante.

A Tortuga é uma empresa de nutrição animal com atuação no porto que visa atender o mercado internacional, mantendo um rígido controle de qualidade. Sua área no complexo é de 25 mil m², para sua construção foram investidos R\$ 90 milhões, com a capacidade de produzir 30 mil toneladas de suplementos minerais, com 150 tipos de produtos diferentes.

A empresa conta com aquecimento solar de água no restaurante e nos vestiários e com sistemas de separação e reciclagem dos resíduos, assim como, embalagens plásticas, papel e papelão, orgânico, madeiras e metais, como forma de preservar o meio ambiente.

A indústria de mel também está presente no complexo, a Cearapi é a maior exportadora brasileira de mel orgânico. A empresa tem como objetivo a preservação da vegetação nativa e pensa na fonte de renda adicional proporcionada às pessoas que vivem na região do complexo. Seu principal porto é no município de Caucaia, onde está instalada a unidade climatizada de armazenagem e logística. Os produtos são exportados para diversos países, entre eles: Alemanha, Inglaterra, Itália, Grécia e Canadá.

Por ser o Ceará uma área estratégica das zonas produtoras de mel, devido à biodiversidade e as floradas nativas, permite que a empresa produza diferentes tipos de mel, tais como: mel orgânico, mel convencional e mel de uso industrial. A Cearapi conta com 25 trabalhadores diretos, 850 apicultores integrados e, aproximadamente, 2 mil trabalhadores indiretos, distribuídos entre a matriz, localizada no Crato, e a filial no município de Caucaia.

A Companhia Industrial de Cimento Apodi também atua no Pecém, com duas unidades, sendo elas uma de moagem e uma de concretaria. A Apodi tem o maior número de consumidores de produtos do Nordeste, com um sistema rigoroso de qualidade. Um dos seus diferenciais é a produção de um cimento especial produzido com as cinzas oriundas das usinas termelétricas Pecém I e Pecém II. Essa é uma ação que mostra a integração entre as empresas que atuam no porto e que visam, essencialmente, o desenvolvimento e a expansão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Além dessas empresas, encontra-se em processo de instalação no complexo a empresa de metalomecânica, Fuhrlander Energia Brasil; a G&B Desenvolvimento de Projetos, composta por um condomínio industrial de 60 galpões; a Metalúrgica Hispano, responsável pela fabricação e montagem de estruturas metálicas e a Unilink Transportes Integrados, unidade retroportuária de contêineres.





J. SOBRINHO / SISTEMA FIEC

■ VÁRIOS INDICADORES JÁ APONTAM SÃO GONÇALO DO AMARANTE COMO UM DOS GRANDES POLOS DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ

São Gonçalo: crescer economicamente e com qualidade de vida

A presença do Complexo Industrial do Porto do Pecém (CIPP) torna São Gonçalo do Amarante um dos municípios com maior potencial de desenvolvimento do país. Hoje, com cerca de 50 mil habitantes, eram menos de 30 mil em 1991 e serão mais de 150 mil habitantes em 2020. Esse crescimento exponencial da população é um importante indicador do futuro do município, que vem sendo projetado e planejado pela atual gestão municipal para tornar-se sustentável e ser um ícone no Ceará.

De acordo com o titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) de São Gonçalo do Amarante, Victor Samuel da Ponte, vários indicadores mostram que o município começa a despontar como um dos grandes polos de desenvolvimento econômico do país. A preocupação da SDE e do prefeito Cláudio Pinho é fazer esse crescimento — que vai ser vertiginoso — de maneira planejada e sem perder o foco na qualidade de vida de sua população. “Esse é o grande desafio. Não faz sentido, nos dias atuais, fazer desenvolvimento sem qualidade de vida. Desenvolver, criar

A preocupação da SDE e do prefeito Cláudio Pinho é fazer esse crescimento — que vai ser vertiginoso — de maneira planejada e sem perder o foco na qualidade de vida de sua população.

riquezas e não gerar bem-estar para a população, é um caminho percorrido pela metade”, disse Victor Samuel. Ele explica que o Porto do Pecém tem potencial para se tornar o segundo mais movimentado do país, atrás apenas do Porto de Santos. Assim, para dar suporte à triplicação da população de São Gonçalo nos próximos anos e também ao crescimento econômico a partir dos empreendimentos já instalados ou que ainda chegarão, Victor Samuel destaca que o município vem seguindo uma série de normas técnicas, como por exemplo, o Plano Diretor Sustentável, posto em prática para desenvolver o município de maneira ordenada. “Vamos seguir rigorosamente as determinações técnicas para desenvolver o município de forma responsável, com leis e normas rigorosas, para que o conjunto da população seja beneficiada exigindo que o padrão das construções dos empreendimentos seja diferenciado, com mais valor agregado, resultando em mais valorização do espaço. Nós queremos que São Gonçalo se torne um ícone de qualidade em todos os aspectos e um exemplo para a região”, disse.

Entre os principais fatores que contribuirão diretamente para esse crescimento econômico, segundo ele, está a logística. Para o secretário, cuidar para ter uma boa logística é um dos pontos mais importantes para a região se desenvolver com sustentabilidade. Nesse sentido, São Gonçalo conta com importantes empreendimentos, sendo servido pela ferrovia Transnordestina, que liga o Ceará aos estados vizinhos, importantes eixos rodoviários, além do próprio Porto do Pecém, principal equipamento que impulsiona o desenvolvimento.

Menciona ainda a possibilidade de novo terminal aeroportuário para cargas e passageiros com um ramal de ligação rápido com Fortaleza, fruto de um estudo recente realizado pelo governo do estado, que apontou o município como uma das melhores localizações. “Esse modal porto-aeroporto-ferrovia-rodovia será vital para acelerar o crescimento do nosso estado. Isso deverá transformar o Pecém em uma grande plataforma exportadora”, disse o secretário de Desenvolvimento Econômico do município.

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

O projeto de desenvolvimento territorial de São Gonçalo do Amarante contempla quatro eixos distintos, aproveitando todas as potencialidades do município. Segundo o prefeito Cláudio Pinho, o primeiro deles está relacionado com Porto do Pecém e todo o seu complexo industrial e a zona de processamento de exportação. Além dos empreendimentos já instalados, como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e a Usina Termelétrica Eneva, ainda existe a possibilidade de instalação na área do CIPP de uma refinaria de petróleo, em substituição ao projeto da Petrobras.

O segundo eixo diz respeito à sede do município de São Gonçalo, à Praia da Taíba e à região de Siupé. O foco são os setores residencial, comercial, de beneficiamento de pescados e turístico. “Nós temos 24 quilômetros de praia e muito potencial para explorar o turismo”, destaca o prefeito.

O terceiro eixo é o de Umarituba - Croatá, voltado para indústrias não poluentes, empresas de logística, de apoio portuário, além de empreendimentos residenciais e comerciais. Ele destaca que a prefeitura já vem licenciando diversos novos empreendimentos dentro dos distritos industriais e de serviços criados nesta administração, para fazer frente a uma procura crescente por parte do empresariado nacional e até de outros países. Também merece destaque a criação de uma cidade inteligente (*smart city*) no distrito de Croatá, esta em parceria com a iniciativa privada. O novo aeroporto ficaria inserido nessa zona.

Já o quarto eixo é o agrícola e do agronegócio, aproveitando a faixa de terra ao longo do Vale do Curu e Região Oeste. Como o Rio Curu atravessa o município, a ideia é aproveitar o potencial do rio para a produção de gêneros agrícolas para atender a demanda por alimentos que tenderá a crescer nos próximos anos e cuja produção hoje é limitada.

SENAI qualifica profissionais para o CIPP

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-CE), instituição ligada à Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), é a principal instituição de educação profissional e tecnológica, inovação e transferência de tecnologias industriais do Brasil. No Ceará, dada a importância estratégica do CIPP, o SENAI não poderia ficar de fora e se consolida como protagonista na formação de profissionais para atuar nas indústrias do complexo e seu entorno.

Desde fevereiro de 2013, o SENAI mantém uma unidade no município de São Gonçalo do Amarante, oferecendo cursos de diversas especialidades, sempre em sintonia com as demandas das indústrias. Um resultado desse investimento e olhar estratégico foi a parceria selada, em março deste ano, entre o SENAI-CE e a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) para a oferta de cursos de capacitação técnica e qualificação profissional. O programa conta com 1.400 vagas em cursos específicos para operação da siderúrgica.

O diretor regional do SENAI-CE, Paulo André Holanda, destaca que o Complexo Industrial do Porto do Pecém (CIPP) é de grande importância não só para o Ceará, mas também para o Nordeste brasileiro. “Além do Porto do Pecém, que está em obras de expansão, para berço e atracação de navios e novas áreas de armazenagem, temos a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), que é a única do país em funcionamento, e já é uma realidade. Está em fase de instalação a CSP, maior empreendimento privado do Brasil, que tem mais de 11 mil trabalhadores na fase de construção e terá na fase de

operação cerca de 4 mil trabalhadores, sem contar com as empresas satélites que vão surgir. Isso movimentará muito a cidade de São Gonçalo”, disse.

Paulo André Holanda considera também que o distrito industrial daquela área vai ser importante em diversos aspectos, por aumentar o PIB do Ceará, gerar mais empregos e mais divisas para o estado. “Eu não tenho dúvidas, o desenvolvimento econômico do Ceará passa pelo Pecém”.

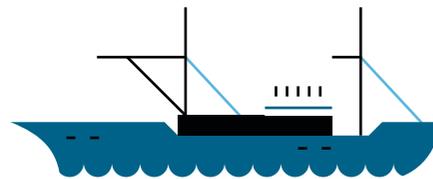
Desta forma, segundo ele, o SENAI entra muito forte na capacitação daquela população que está inserida em novo mercado de trabalho, que exige bastante conhecimento. “O SENAI e a FIEC se fazem presente na capacitação profissional na área do CIPP e adjacências, na inovação e também para absorver a demanda por serviços técnicos e tecnológicos, como, por exemplo, os que já estão sendo demandados pela própria CSP”, disse o diretor regional do SENAI.

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO CSP-SENAI

O programa está distribuído em 47 turmas das quais 16 já foram concluídas, 17 estão em andamento e 14 ainda estão em fase de formação. Os cursos são gratuitos com direito a bolsa-auxílio estudantil e lanche. Os 940 alunos matriculados no programa estão sendo preparados e aspiram à contratação pela CSP. Desses 395 que concluíram as capacitações, parte deles já foram contratados pela empresa. A Companhia poderá absorver até 1500 profissionais em seu quadro operacional, mediante aprovação no processo de capacitação, de acordo com a disponibilidade de vagas na empresa.

A previsão é que mais 14 turmas sejam abertas. As aulas são realizadas nas unidades do SENAI Maracanaú e Barra do Ceará. Os cursos específicos para operação da Siderúrgica são nas áreas: Operação de Aciaria, Operação de Coqueria, Operação de Sinterização e Pátio, Operação em Alto-Forno,

**Desde fevereiro de 2013,
o SENAI mantém uma
unidade no município de
São Gonçalo do Amarante,
oferecendo cursos de
diversas especialidades,
sempre em sintonia com as
demandas das indústrias.**



Lingotador, Mecânico de Manutenção, Eletricista de Manutenção, Caldereiro, Usinagem, Planejamento e Controle da Produção (PCP), Operador de Tratamento de Gás, Gás Utilitário, Segurança em Laboratório, Operador de processos químicos industriais, Maquinista Ferroviário, Operação de Ponte Rolante, Soldador no Processo Eletrodo Revestido em Aço Carbono, Inspeção de Placas.

NOVAS INSCRIÇÕES

Apesar da conclusão do processo seletivo, a CSP continua recebendo inscrições de candidatos. O candidato interessado em participar de futuros processos pode ir até a unidade do SENAI de São Gonçalo e preencher um cadastro. A escola do SENAI funcionará como um posto de coleta para as próximas oportunidades oferecidas pela empresa.

O SENAI/CE recebeu 9.360 inscrições para cursos do Programa de Qualificação Profissional lançado em parceria com a Companhia Siderúrgica do Pecém. A capacitação é direcionada a pessoas entre 18 e 28 anos (preferencialmente), com Ensino Médio ou curso técnico concluído (de acordo com o requisito de cada curso) e que residam nos municípios próximos ao CIPP, no qual a CSP está inserida. ■



SERVIÇO

SENAI SÃO GONÇALO DO AMARANTE
ÁREAS DE ATUAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL,
ELETROELETRÔNICA, GESTÃO, METALOMECÂNICA
ENDEREÇO: AVENIDA CORONEL NECO MARTINS,
276 - CENTRO, SÃO GONÇALO DO AMARANTE (CE)
TELEFONE: (85) 3421.5950
WWW.SENAI-CE.ORG.BR

Espaço dos Conselhos Temáticos

CONSELHOS TEMÁTICOS SÃO ÓRGÃOS CONSULTIVOS E DE ASSESSORAMENTO À PRESIDÊNCIA E DIRETORIA DA FIEC, CONSTITUÍDOS POR REPRESENTANTES DE SINDICATOS, DIRETORIA DA FIEC, EMPRESÁRIOS E ENTIDADES PARCEIRAS.



ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Neste segundo semestre, o Conselho de Assuntos Legislativos (COAL) da FIEC destaca a tramitação das seguintes propostas de grande importância para a indústria brasileira e cearense:

- No Congresso Nacional, a medida provisória que eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização. Encontra-se aguardando reunião da comissão mista.
- No Congresso Nacional, a medida provisória que autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a participar do Fundo de Energia do Nordeste. Nessa proposição, foi apresentada emenda pelo deputado Danilo Forte, com objetivo de renegociar dívidas em relação ao FINOR. Aguarda parecer do relator.
- Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Convalidação de Incentivos Fiscais, que convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao imposto sobre ICMS.
- No Senado, o projeto de lei que modifica o regime de Desoneração da Folha de Pagamento. Na Câmara, o setor de

confeções foi o grande beneficiado, pois a alíquota ficou em 1,5%. O setor se mobiliza para permanecer essa alíquota no Senado. O PL encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ainda não houve designação de relator.

No primeiro semestre, as seguintes matérias impactaram direta e indiretamente o setor industrial:

- Na Câmara Municipal, foram aprovadas e publicadas a lei que alterou a Lei Municipal de Resíduos Sólidos do Município de Fortaleza; a Lei Complementar que criou a Taxa de Credenciamento e Vistoria para Transporte de Resíduos Sólidos e acréscimo de dispositivo no Código Tributário Municipal de Fortaleza; lei que criou o Estatuto do Micro Empreendedor Individual e da Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte; lei que criou o Programa de Pagamento Incentivado (PPI); REFIS Municipal; e Lei de Incentivos Fiscais. Foram também publicadas as leis que regulamentaram a transferência do Direito de Construir; Regularizações das Edificações; Outorga Onerosa de alteração de uso do solo; lei que criou licenciamento

ambiental simplificado e a lei que criou o Alvará Automático.

- Na Assembleia Legislativa, foram aprovadas e publicadas as proposições: Lei que dispõe sobre a reforma administrativa, com destaque para a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), e Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura (SPA); lei que alterou o Selo Verde; aprovação do REFIS Estadual para ICMS, IPVA e ITCD; aprovação de modificações no ITCD; aprovação da ampliação de produtos a serem taxados para incrementar o volume de recursos do FECOP; aprovação do aumento das taxas de serviço público e custos processuais do TJ.
- Na Câmara dos Deputados, foram aprovados: Projeto de Lei que modifica o Regime de Desoneração da Folha de Pagamento, encaminhado para o Senado; Projeto da Terceirização, encaminhado para o Senado; Parecer do Relator com modificações na Lei do Super Simples, aguardando inclusão na ordem do dia; e Código nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, encaminhado para o Senado.



INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Representantes da Associação dos Jovens Empresários (AJE) apresentaram as ações da entidade no contexto da inovação e tecnologia no dia 6 de agosto, durante reunião do Conselho Temático de Inovação e Tecnologia (COINTEC). Segundo uma pesquisa apresentada, apenas 35 mil das 5 milhões de empresas existentes são consideradas de alto impacto no país.

GESTÃO EM EDUCAÇÃO

O município de Caucaia otimizou a gestão da educação a partir do estabelecimento de leis para eleição de diretores, coordenadores e secretários de escola e de menos burocratização para utilização da escola pela comunidade. O município conta com 183 escolas municipais para 60 mil estudantes. Ao mesmo tempo, São Gonçalo do Amarante, município vizinho, tem investido em formas diferenciadas de estimular o aprendizado e a presença das famílias na escola por meio de atividades lúdicas e esporte. Em São Gonçalo do Amarante, há 43 escolas e 11.200 alunos. Esse cenário foi apresentado pelo secretário de Educação de Caucaia, Ambrósio Ferreira Lima, e pela secretária de Educação de São Gonçalo do Amarante, Marineide Clementino Braga, no dia 10 de agosto, durante reunião do Conselho Temático de Educação (COED).

MENOS BUROCRACIA

A secretária de urbanismo e meio ambiente de Fortaleza, Águeda Muniz, apresentou na FIEC, dia 29 de julho, as novas legislações municipais sobre regularização de edificações, licenciamento ambiental, alvará de funcionamento e plano de gerenciamento de resíduos. Os participantes do Conselho Temático de Meio Ambiente (COTEMA) e empresários ligados à FIEC tiraram dúvidas sobre as legislações, visando agilizar e desburocratizar o setor produtivo.

RELAÇÕES COMERCIAIS

Uma comitiva da Câmara de Comércio de Desenvolvimento Internacional Brasil-China (CCDIBC) esteve na FIEC, intermediada pelo Conselho Temático de Relações Internacionais (CORIN), para estreitar relações comerciais com o setor industrial. Além da FIEC, a comitiva visitou a SDE, ADECE e a Prefeitura de Fortaleza. O presidente do CORIN, Marcos Veríssimo Oliveira, e membros do



conselho, se reuniram com o presidente da Cearáportos, Danilo Serpa, no dia 11 de agosto. O encontro serviu para estreitar os laços entre a empresa e representantes da área de exportação do estado. O CORIN apresentou alguns pleitos iniciais que deverão ser aprofundados em futuras reuniões. Dentre estes, a implantação de um entreposto aduaneiro na ZPE e o regime diferenciado de ICMS para produtos a serem utilizados pela indústria oriundos do porto. Danilo Serpa prometeu se empenhar para destravar gargalos no sentido de fazer avançar as operações portuárias cearenses. Danilo Serpa sugeriu encontros periódicos com os representantes do CORIN. ■

Ética na política e setor energético são debatidos no Centro Industrial do Ceará

Com a proposta de levar à discussão temas relevantes do cenário econômico, político e social do País e do Ceará, o Centro Industrial do Ceará (CIC) vem realizando reuniões-almoço e encontros na Casa da Indústria. Políticos, empresários e profissionais liberais transmitem sua experiência e conhecimento, promovendo a troca de informações. Nos últimos 30 dias, dois assuntos estiveram na pauta da entidade: ética na política e a situação energética no Brasil.

Mantendo sua linha crítico-propositiva, o CIC recebeu em 14 de agosto último o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), que proferiu palestra cujo tema foi “Ética na Política”. Durante quase uma hora, o pré-candidato à sucessão da presidente Dilma Rousseff (PT), discorreu sobre assuntos diversos ligados à política nacional. Na ocasião, teceu severas críticas ao governo Dilma e ao Partido dos Trabalhadores. “Não podemos passar a mão na cabeça da presidente Dilma. Errou, ela tem responsabilidades. Que se desculpe ao Brasil, pelo menos”.

Bolsonaro voltou a defender a redução da maioria penal e denunciou deputados que são contra o projeto. “A maioria dos deputados de esquerda tem ONGs para tratar de menores infratores. Se esses pequenos marginais forem para a cadeia, eles (deputados) vão perder esse filão”, assegurou. E complementou: “professor ou professora é um coitado em sala de aula. Está mais preocupado em não apanhar dos alunos do que ensinar”.

Após a palestra no Auditório Waldyr Diogo, na Casa da Indústria, que estava lotado por



O consultor Jurandir Picanço fala sobre crise energética em reunião-almoço. Prestigiaram a palestra o diretor Administrativo da Fiec, Ricardo Cavalcante; o presidente do CIC, José Dias de Vasconcelos Filho; e o ex-presidente da Federação das Indústrias do Ceará, Roberto Macêdo



Deputado Federal Jair Bolsonaro em palestra no Auditório Waldyr Diogo, na Casa da Indústria. O debate foi mediado pelo presidente do CIC, José Dias de Vasconcelos Filhos

empresários, estudantes e profissionais liberais, o presidente do CIC, José Dias de Vasconcelos Filho, mediu o debate.

SETOR ENERGÉTICO

O CIC, importante braço que visa promover o desenvolvimento do setor no Estado, promoveu também, um amplo debate sobre as energias renováveis – especialmente eólica e solar –, como solução para os problemas de aumento de custos e as inúmeras oportunidades que devem surgir nos próximos anos. O almoço-debate, na cobertura da Casa da Indústria, foi coordenado pelo presidente José Dias.

O consultor e especialista em energia da Fiec, Jurandir Picanço, apresentou a palestra “Oportunidades no mercado de energias renováveis”, chamando a atenção dos empresários, principalmente, para a elevada carga tributária que incide sobre a energia elétrica no Brasil, uma das mais caras do mundo; empréstimos às concessionárias; além das amplas condições do Ceará em tornar-se um dos

maiores produtores de energia limpa do mundo.

Inicialmente foi apresentado um vídeo mostrando que um dos principais impactos para o alto custo da energia elétrica, no Brasil, é devido aos constantes atrasos em obras do setor, como hidrelétricas e Angra 3, além do baixo índice de chuvas nos principais reservatórios, fazendo com que as todas as termelétricas (que deveriam operar apenas em situações emergenciais) fossem ligadas para atender à demanda.

Jurandir Picanço destacou que outro motivo de forte impacto no custo das tarifas de energia, deixando-as tão elevadas e distorcidas do mundo real, é a carga tributária. Ele demonstrou que são 12 encargos gerais (como ICMS e ISS), além de outros dez setoriais, específicos para o setor energético. “Este ano, a Aneel implantou as bandeiras tarifárias e aprovou o Reajuste Tarifário Extraordinário. O Brasil é, hoje, líder do ranking entre 27 países no custo da energia para a indústria, 11,2% acima da média dos demais”, disse.

Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental



POR RENATO LIMA ARAGÃO
COORDENADOR DO NÚCLEO DE MEIO
AMBIENTE DA FIEC

Em uma sociedade globalizada, com alta competitividade e elevado nível de informação, os consumidores têm amplo poder de escolha, razão porque já não é suficiente oferecer um bom produto, é necessário também, vender a imagem da empresa. As ações pelo meio ambiente e pela comunidade deixam de ser vantagem e passam a ser exigência da sociedade, incentivando, assim, a inovação nas indústrias, para produzirem cada vez mais e usando cada vez menos matérias-primas.

Dentro desse pensamento, foi, a partir de 1992, quando chegamos à FIEC para assessorar a instituição na área ambiental, e introduzimos algumas práticas que inclusive já vinham sendo praticadas pela CNI e por federações de outros estados. Deste modo, por sugestão nossa, e com o

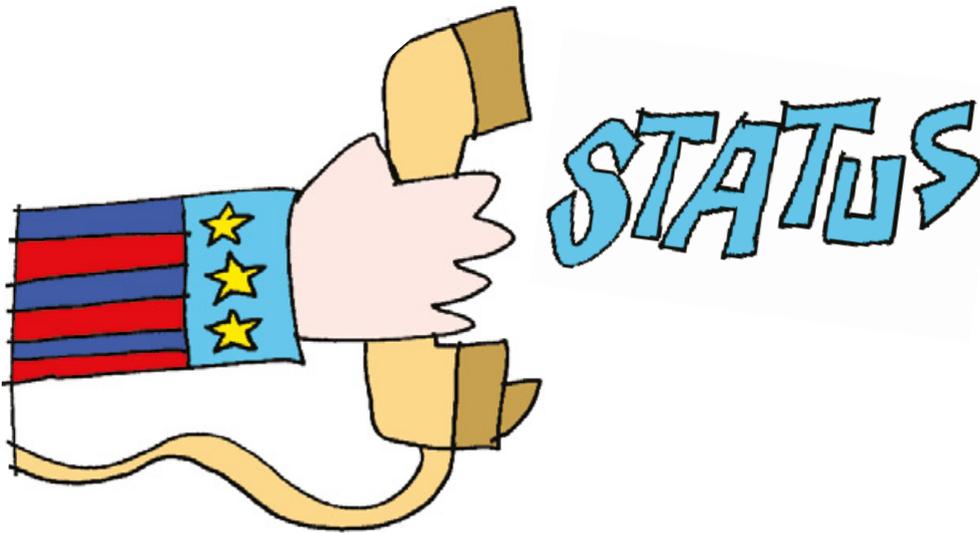
propósito de tornar a temática ambiental e o desenvolvimento sustentável uma realidade da indústria cearense, a Diretoria da FIEC por intermédio da Resolução 11/2002 criou o COTEMA – Conselho Temático de Meio Ambiente e o Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental.

O Prêmio tem como objetivo principal reconhecer e estimular as indústrias e industriais cearenses a praticarem, dentro da empresa e com a comunidade do entorno, ações de melhoria da qualidade ambiental. O Prêmio envolve três categorias, que além de estarem dentro do que se busca para a melhoria da indústria, agrega, também, objetivos dentro da nossa realidade regional. As modalidades são: Produção mais limpa (P+L), Educação Ambiental, Integração com Sociedade e Reúso de Água.

O Prêmio foi lançado pela primeira vez em 2004 e hoje estamos em sua 12ª edição. Cada ano o número de concorrentes tem aumentado, o que é uma demonstração que o setor industrial cearense está entendendo que a competitividade e até o mercado já busca os produtos que são oriundos de empresas que se enquadram dentro das exigências universais, que é o desenvolvimento sustentável, ou seja, os recursos da natureza devem ser usados pelos que hoje os consomem, porém, no futuro, outras gerações vão, também, necessitar desses recursos.

A indústria cearense vem, a cada ano, demonstrando como tem evoluído nesse sentido, o que é comprovado pelo aumento consecutivo do número de empresas que têm participado do Prêmio. De um lado mostra a responsabilidade ambiental, que tem evoluído bastante no setor industrial e demonstra, também, que as ações e o trabalho que o NUMA – Núcleo de Meio Ambiente – vem pretendendo passar para o setor, tendo sido muito bem acolhido, haja vista que os órgãos ambientais, em todos os níveis, como: IBAMA, SEMACE, SEUMA e outros órgãos municipais de meio ambiente têm demonstrado para outros setores da sociedade, como a empresa cearense já se enquadra na legislação que antes era tida como exigente.

O NUMA tem, portanto, se colocado à disposição para orientar e ajudar, para que, a cada ano, a indústria cearense sirva de exemplo para outros setores, tanto do Ceará como de outros estados. Entenda-se que o que se quer atualmente é utilizar os recursos que dispomos, de modo correto, para que se alcance dentro dos próprios temas, que o Prêmio sirva na produção mais limpa, com educação ambiental, utilizando de forma cada vez mais prudente este recurso indispensável, que é a água, com a prática do reúso e se integrando com a sociedade, na busca do tão desejado DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ■



Quem me contou essa
foi o Arthur Silva,
que o Dr. Mauro Botelho
chamava de "Rei da Bélgica".

Um professor de sociologia pediu para três alunos seus, que dessem um exemplo que traduzisse bem o significado de status.

– Status, professor – Disse o primeiro – é você está em casa esperando o jantar, o telefone tocar, sua mulher atender e lhe dizer: – Querido, é o presidente dos Estados Unidos! Quer falar com você.

O outro aluno falou:

– Status professor, é o telefone tocar, sua secretária atender e dizer pra você: – É o presidente norte-americano! Deseja saber se o sr. aceita jantar sexta-feira com ele.

O terceiro aluno disse:

– Status mesmo, professor, de verdade, é você está jantando com ele na Casa Branca, o telefone vermelho tocar, o presidente correr para atender e depois se virar e dizer:

– É pra você!

Se for cobrador, não estou. Se for alguém atrás de pedir dinheiro emprestado, diga que saí.
Se for gente procurando emprego, diga que viajei. Se for problemas, ainda não cheguei.
E se for alguém pedindo aumento, inclusive você dona Marta, diga que vá para o raio que o parta.



20 ANOS GUARDANDO VIDAS E RIQUEZAS

FORA DA CAIXA



Vigilância

Terceirização de
Mão de obra

Administração de
Condomínios



(85) 3261-5068

www.casteloborges.com.br



Castelo Borges



Castelo_Borges

COMPRAR DOS PEQUENOS
NEGÓCIOS É BOM PRA VOCÊ,
BOM PARA O CEARÁ,
BOM PARA O PAÍS.

O Sistema FIEC apoia
este movimento!



#compredopequeno

